



**UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**

**Artes e Letras**

**Relatório de Estágio na Amnistia Internacional na  
Tunísia / UBI**

**Mamadou Yaya Diallo**

**Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em**

**Ciência Política**

**(2º ciclo de estudos)**

**(Versão final após defesa)**

**Orientador: Professor Doutor Bruno Ferreira Costa**

**Covilhã, abril de 2019**

# Dedicatória

Ao meu pai que tanto sonhou com este dia. Ao meu pai que tanto lutou e acreditou nesse dia.

A concórdia é a melhor,  
apesar de o ser humano, por natureza,  
ser propenso à ganância.  
Corão, 4º Surate, 128

## Agradecimentos

O sonho de todos os estudantes é terminar a faculdade, orgulhar os pais e procurar um meio de sustento, é a lógica da vida. Mas, não imaginava que seria assim tão difícil e doloroso escrever o relatório, que dita o fim deste ciclo, o fim da minha vida académica.

Foi uma surpresa do início até ao fim. Tive muitos momentos bons e aprendi imenso. Os conhecimentos, as convívências fizeram de mim um homem melhor, tolerante com as diferenças.

Graças a Deus, sinto-me integrado neste país que me recebeu de braços abertos. Hoje carrego um amor infinito por essa língua que é o português e por Portugal. Confirmando sim, a língua é sem dúvida o elemento mais importante de uma cultura.

O mérito deste sucesso não é apenas meu, por isso, os meus agradecimentos vão para todos os amigos, colegas e professores e principalmente à minha família.

Este, era mais o sonho de meu pai, Elhadj Alpha Oumar Diallo do que o meu, ele disponibilizou todos os recursos financeiros e anímicos para ver o primeiro formado de uma grande família. Tudo era incerto até hoje. À minha mãe, Aiba sylla e à minha segunda mãe, Luísa Mendonça Diallo. Um infinito obrigado também aos meus irmãos e às minhas irmãs.

Aos meus amigos, colegas e conhecidos que suportaram as minhas angústias, pelo apoio nos momentos de fraqueza, pelo consolo nos momentos de tristeza e pela ajuda quando me faltava uma linha nos apontamentos.

Uma das definições de egoísmo, é ter conhecimento e não o partilhar. Eu tive a sorte de ter professores altruístas, apaixonados e comprometidos com o sucesso dos seus alunos. Um obrigado a todos os professores da escola secundária de Mem Martins e a todos da Universidade da Beira Interior.

Carrego um sentimento de gratidão para com a Amnistia internacional da Tunísia. A diretora da sessão Nesrine Mbarka Hassan, a todos os funcionários, em especial para Ilef Abdelaati, pelo companheirismo e disponibilidade nos momentos de aperto.

Este relatório é o resultado das boas escolhas que fiz, das afinidades que criei e das orações dos familiares. O sentimento é de gratidão. À Allah, apenas, pertence o mérito de ser adorado e a ele agradeço pelo sucesso que tive.

## Índice

Lista de Siglas e Abreviaturas .....	vi
Resumo .....	vii
Résume .....	viii
Abstract .....	ix
Introdução.....	x
Capítulo I - A Importância das ONG´s no contexto Internacional .....	xi
1.1.A importância das ONG´S no plano ao desenvolvimento.....	xi
1.2. A Evolução das Organizações Não Governamentais .....	xiii
1.3. Tipologia das Organizações não governamentais. ....	xiv
1.4. ONG´s e o Estado. ....	xv
1.5. Qual é o peso das ONGs no cenário internacional e que meios utilizam para influenciar as decisões?.....	xviii
1.6. Como é que as organizações sem fins lucrativos se financiam?.....	xix
1.7. Os mecanismos de pressão das Organizações não governamentais .....	xx
Capítulo II. A evolução democrática da Tunísia .....	xx
2.1. De que maneira, a sociedade civil tunisina contribuiu para o fim do regime Ben Ali na Tunísia? .....	xxi
2.2. Independência e Regime de Bourguiba. ....	xxii
2.2. Regime de Ben Ali. ....	xxiii
2.3. O Início da Revolução.....	xxiii
2.4. A intervenção da sociedade civil no processo da transição e implementação da República. ....	xxvi
2.4. A relação entre Portugal e a Tunísia.....	xxxii
Capítulo III. Estágio Curricular na Amnistia Internacional. ....	xxxii
3.1. Principais funções exercidas no Estágio. ....	xxxvii

3.3. Organograma da Amnistia. ....	xl
Bibliografia.....	xlili
Webgrafia .....	xlili
Fotografias de alguns eventos .....	xlviii

## Lista de Siglas e Abreviaturas

UBI	Universidade da Beira Interior
ONG	Organização Não Governamental
ACN	Assembleia Constituinte Nacional
UGTT	União Geral Dos Trabalhadores da Tunísia
ONAT	Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia
LTDH	Liga Tunisina dos Direitos Humanos
ATFD	Associação Tunisina das Mulheres Democratas
SNJT	Jornalistas da Tunísia
UTICA	União Tunisina da Indústria e do Comércio
QND	Quarteto Nacional do Diálogo
OIT	Organização Internacional dos Trabalhadores
OMS	Organização Mundial dos Trabalhadores
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
CPCP	Comissão de Proteção Contra Radiações
ACI	Conselho Internacional de Aeroporto
INE	Instituto Nacional de Estatística
MSF	Médicos Sem Fronteiras
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

## Resumo

A posição privilegiada da Tunísia permitiu-lhe celebrar acordos e unir laços de amizade com muitos países da União Europeia, constituindo Portugal um dos países parceiros da Tunísia. Localiza-se a apenas 140 km do continente europeu, sendo um ponto estratégico para os europeus que pretendem entrar em contato com o Médio Oriente e principalmente a África do Norte, pela forte capacidade de influência que a Tunísia tem sobre os restantes Estados.

Dotado de uma história única, de conquistas e de ocupações, a Tunísia destaca-se por ser o primeiro dos países árabes a proibir a escravatura, tendo sido um dos primeiros países africanos a obter a independência.

Foi o primeiro país do mundo árabe a defender a mulher e a estipular um conjunto de normas para que ela seja, na esfera privada e pública, uma cidadã respeitada, livre com direitos e deveres. Apostou na educação dos cidadãos e principalmente das suas cidadãs, acredita que uma sociedade jamais será justa, se as mulheres forem oprimidas, não há consolidação de Estado moderno sem a participação da mulher.

Os 53 anos de tirania alimentou, em segredo, o nascimento de uma sociedade civil forte que viria, em 2011, em nome da liberdade, derrubar as restrições políticas. Mais uma vez, a influência da Tunísia foi determinante para a defesa da liberdade nesta região de África.

O sucesso da sua transição reflete a solidariedade e capacidade de lidar com os obstáculos e as diferenças. A Tunísia é a Yasmin da África do Norte, a flor que se distingue pela beleza única e cheiro irresistível.

O sucesso da sua revolução em 2011, deveu-se ao esforço de uma sociedade coesa e organizada, que evoluiu durante anos. A Tunísia após revolução contabiliza inúmeras organizações internacionais incluindo a Amnistia Internacional, todas trabalham com o objetivo de defender os direitos humanos estipulados na declaração universal dos direitos humanos.

Nesse sentido, destaca-se a importância da sociedade civil e das organizações não governamentais, como elementos decisivos para a afirmação e desenvolvimento do país, pelo que a escolha do presente estágio vem ao encontro desta preocupação.

**Palavras chaves:** Tunísia; Ditadura; Sociedade civil; Organizações não-governamentais; Democracia, Direitos e Liberdades.

## Résumé

La position privilégiée de la Tunisie lui a permis de conclure des accords et d'établir des liens d'amitié avec de nombreux pays de l'Union Européenne, le Portugal est en effet l'un des pays partenaire de la Tunisie. Il est situé à seulement 140 km de l'Europe, elle constitue un point stratégique pour les européens qui souhaitent entrer en contact avec le Moyen-Orient et surtout avec l'Afrique du Nord, en raison de la forte influence de la Tunisie sur les autres États.

Dotée d'une histoire unique, de conquêtes et de occupations, la Tunisie se distingue comme le premier des pays arabes à interdire l'esclavage, l'un des premiers pays africains à être indépendant. Son indépendance pacifique a été l'exemple dont avaient besoin d'autres peuples colonisés pour se révolter contre toute sorte de servitude

Il a été le premier pays à défendre les femmes et à établir un ensemble de règles juridiques lui permettant de devenir, dans les sphères privée et publique, une citoyenne respectée, libre, muni de droits et de devoirs. La Tunisie a parié sur l'éducation des citoyens et principalement sur l'éducation des jeunes filles, car une société ne sera jamais juste, tant qu'elles continueront à être opprimées. Et n'y a pas de consolidation d'état moderne sans la participation des femmes.

Les 53 ans de tyrannie ont, secrètement nourri, la naissance d'une société civile forte qu'a été à l'origine, en 2011, au nom de la liberté, a renversé le régime d'oppression e de restrictions politiques. Une fois de plus, la grande et influente Tunisie a été déterminante pour la défense de la liberté dans cette région de l'Afrique.

Le succès de sa transition reflète leur solidarité et leur capacité à surmonter les obstacles et les différences. La Tunisie est le Yasmin du monde, la fleur qui se distingue par sa beauté et son parfum irrésistible.

Le succès de sa révolution de 2011 est dû aux efforts d'une société cohésive et organisée qui a évolué au fil des années. Après la révolution, la Tunisie compte d'innombrables organisations internationales, dont Amnesty International, qui œuvrent toutes pour la défense des droits de l'homme annoncés dans la Déclaration universelle des droits de l'homme.

Dans ce cas, nous soulignons l'importance de la société civile et des organisations non gouvernementaux, comme élément décisive pour l'affirmation e développement du pays, le choix de ce stage répond donc à cette préoccupation.

**Mots clés :** Tunisie ; Dictature ; Société Civile, Démocratie, Organisation non-Gouvernementale ; Droits et Libertés

## Abstract

Tunisia's privileged position has enabled it to enter into agreements and to establish ties of friendship with many countries of the European Union, and Portugal is no exception. It is located just 140 km from Europe, a strategic point for Europeans who want to get in touch with the Middle East and especially North Africa, due to the strong influence that Tunisia has over the other states. Endowed with a unique history, achievements and occupations, Tunisia stands out as the first of the Arab countries to ban slavery, the first of the independent African countries. The people say yes to freedom and not the oppression of the French. Its pacific independence was the light that other colonized peoples needed to revolt against oppression.

It was the first country to defend women and to establish a set of rules so that it would be, in the private and public spheres, a respected citizen, free with rights and duties. He bet on the education of the citizens and especially of their citizens because he believes that a society will never be fair, if women are oppressed, there is no consolidation of modern state without the participation of women.

The 53 years of tyranny secretly fed the birth of a strong civil society that would come in 2011 in the name of freedom, overturning political restrictions. Once again, the great and influential Tunisia, showed the rest of North Africa the road to freedom. It was not long before all of North Africa was free, the so-called Arab Spring.

The success of their transition reflects their solidarity and ability to deal with obstacles and differences. Tunisia is Yasmin of North Africa, the flower that is distinguished by its unique beauty and irresistible scent.

The success of its 2011 revolution was due to the effort of a cohesive and organized society that has evolved over the years. Tunisia after revolution has countless international organizations including Amnesty International, all working to uphold the human rights stipulated in the Universal Declaration of Human Rights.

In this sense, the importance of civil society and non-governmental organizations are decisive elements for the affirmation and development of the country, so the choice of the present stage meets this concern.

**Key words:** Tunisia, Dictatorship, Civil Society, Democracy, Non-governmental organization; Rights and Freedoms

# Introdução

A Tunísia apresenta-se como uma das mais recentes democracias no Norte de África, constituindo-se como uma república parlamentar. O país juntamente com a Líbia, o Egipto, Marrocos, a Argélia e a Mauritânia constituem o Magreb, ou seja, a região noroeste de África. A Tunísia tem uma população de 11 686 488 habitantes. Em traços genéricos apresenta-se com uma homogeneidade linguística, sendo que a totalidade da população fala o árabe tunisino ou o “*djerba*”. Por sua vez, o francês e o inglês são línguas também muito recorrentes. Geograficamente, estende-se a 163 610 km, fazendo fronteira com a Argélia a oeste, com a Líbia ao sul, sendo banhado pelo mar Mediterrâneo a norte e a este.

A resistência civil de 2011, pôs fim a cinco décadas de ditadura. A forte mobilização da sociedade civil permitiu alcançar um feito pouco previsível: uma transição pacífica e que serviria de modelo exemplar para outros países. Neste domínio, até poderíamos fazer uma comparação com a transição pacífica para a Democracia no caso Português, no entanto, não é esse o objetivo do presente relatório.

O papel da sociedade civil na construção de um mundo melhor é inegável. A ausência de um Estado capaz de responder às exigências do seu povo, leva os mesmos a depositarem a sua confiança nas organizações não governamentais. A matriz de ação da sociedade visa, precisamente, essa simbiose entre as responsabilidades do Estado e a ação quotidiana das organizações não governamentais e de todo o setor social.

A democracia enfrenta inúmeras dificuldades. Perante os desafios do extremismo, dos populismos, do terrorismo e das condições de vida precárias, exige-se um esforço redobrado para a defesa do regime democrático, sendo o papel das organizações não governamentais e das empresas transnacionais determinantes para este processo.

Ainda que persistam alguns regimes autoritários / ditatoriais, verifica-se que a censura e a ausência de liberdade já não movem massas. Desde o final da Guerra Fria atingimos a era modelo da democracia, onde os seus princípios foram sendo alargados a um maior número de territórios. Não estamos perante uma visão determinista ou condicional dos regimes políticos, mas a perceção que a democracia continua a ser o regime que mais responde às necessidades das pessoas.

Ao longo deste relatório de estágio iremos salientar a importância da sociedade civil, o processo democrático na Tunísia e as principais características da revolução tunisina, mais concretamente o seu modo de funcionamento, os mecanismos que legitimam as ações e a capacidade de influência das organizações não governamentais na defesa dos direitos das populações. Numa fase final iremos destacar o trabalho realizado na Amnistia Internacional ao longo de 3 meses.

# Capítulo I - A Importância das ONG´s no contexto Internacional

## 1.1.A importância das ONG´S no plano ao desenvolvimento

O que é que se entende por sociedade civil?

A sociedade civil é o conjunto de organizações voluntárias que procuram responder às necessidades da sociedade civil. No modelo ideal de sociedade estas organizações funcionam em rede ou em interligação com as próprias instituições estatais, de modo a maximizar o apoio aos cidadãos. É da responsabilidade da sociedade civil assegurar e vigiar a ação do Estado, na defesa e no respeito pelas liberdades e direitos constitucionalmente estabelecidos. A ação destas organizações é determinante para a defesa dos mais vulneráveis e para a afirmação de uma sociedade solidária.

O conceito “sociedade civil” apresenta, em determinadas visões, uma conotação demasiado simples e restrita a uma pequena quantidade de organizações ou instituições diretamente ligadas à esfera política ou à defesa de direitos civis. No presente, a noção de sociedade civil abrange vários setores da sociedade, tal como observado do seguinte modo:

*O termo sociedade civil se refere ao amplo leque de organizações não-governamentais e sem fins lucrativos que têm presença na vida pública, expressando os interesses e valores de seus membros ou de outras pessoas com base em considerações éticas, culturais, políticas, científicas, considerações religiosas ou filantrópicas. As organizações da sociedade civil referem-se, portanto, a uma ampla gama de organizações não governamentais; sindicatos, grupos indígenas, organizações de caridade, organizações religiosas, associações de profissionais e fundações (Baker, 2015: 11).*

Existe uma correlação positiva entre uma sociedade civil forte e o nível de bem-estar social. Os países mais avançados na questão dos direitos humanos possuem uma sociedade civil forte e interventiva. A instrução, a maior circulação de informação e também a capacidade de ler e interpretar a mesma, explica o envolvimento político, a cultura de manifestação, quando algo não está bem, conseqüentemente, há mais respeito pela vida do indivíduo. No entanto, nos países que demonstram debilidade ao nível da coesão social e do desenvolvimento, verifica-se uma maior dificuldade para a afirmação da sociedade civil.

Em Portugal, desde o 25 de abril de 1974, regista-se um crescimento significativo ao nível das condições de vida, o que adveio da integração na Comunidade Económica Europeia em 1986. Ao aceder ao portal da *Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género*, contabilizam-se 49 ONG's, nacionais e internacionais. Entre outros, temos a Amnistia (AI) internacional, conhecida por ter uma atuação mais abrangente na proteção dos direitos humanos e a Associação da Mulher Migrante (AMM), que acolhe, integra e protege as migrações feministas. A plataforma Portuguesa dos Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) agrega um total de 62 organizações, sem fim lucrativos, registadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo o propósito principal desta plataforma unir os esforços dos diversos atores sociais e potencializar o seu impacto na sociedade<sup>1</sup>.

Os objetivos das Organizações não governamentais portuguesas são:

*Promover uma sociedade cada vez mais inclusiva, onde os valores como a equidade e a solidariedade sejam realidades objetivas. Construir plataformas de cooperação que permitam o desenvolvimento das sociedades humanas no respeito pela diversidade e pelos direitos fundamentais. Fomentar políticas de não discriminação e de promoção da dignidade de todos os seres humanos. Acompanhar e influenciar a conceção, a execução e avaliação das políticas de desenvolvimento e de cooperação a nível nacional e internacional. Constituir-se enquanto interlocutora privilegiada, tanto de organizações governamentais, como supragovernamentais para questões de desenvolvimento e cooperação<sup>2</sup>.*

A temática da sociedade civil não é algo recente. Em vários formatos, ela sempre existiu. Nos últimos anos, o seu crescimento foi exponencial, tiveram estatuto e as suas atividades reconhecidas a nível nacional e internacional. Antes de usufruírem da condição atual, eram pequenas associações de luta contra a fome ou apoiantes de educação. Com o tempo, passaram a ser sindicatos, cooperações e mais tarde organizações não governamentais ligadas à defesa do ambiente, dos direitos humanos, arte e cultura, entidades críticas do Estado e defensoras das demandas da população. Todos têm algo em comum, a construção de uma sociedade cada vez mais democrática, justa e ecologicamente desenvolvida. São independentes em relação ao poder político, partidos ou religiões.

---

<sup>1</sup>Cf. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Informação disponível em: Informação disponível em: <https://www.cig.gov.pt/ligacoes/ong-e-outras-associacoes>. Consultado a 12 de dezembro de 2018.

<sup>2</sup>Cf. ONGD plataforma Portuguesa, a nossa missão. Disponível em: <http://www.plataformaongd.pt/plataforma/quemsomos/>. Consultado a 12 de dezembro de 2018.

## 1.2. A Evolução das Organizações Não Governamentais

A realidade vivida depois da segunda guerra mundial foi a principal impulsionadora do surgimento de organizações não governamentais. A guerra destruiu cidades inteiras e deixou famílias desamparadas. O Estado que tinha como obrigação providenciar a sua população era quase inexistente. Com o objetivo de ajudar os milhões de refugiados, os sem-abrigos, montaram-se redes de caridade / apoio em diversos locais. O espírito de entreaajuda que surgiu depois do conflito e a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos que defendia o direito à liberdade, à igualdade, à habitação, ao auxílio a todos os indivíduos sem distinção de cor, raça ou nacionalidade, incentivaram fortemente a solidariedade e a proteção da vida do indivíduo e do ambiente que o rodeia (refira-se que a UNICEF e a FAO são algumas das organizações criadas naquele tempo).

A partir da década de 70 do século XX começaram a surgir diversos movimentos de paz e de desarmamento nuclear. Era o auge da guerra fria, a ameaça de uma guerra nuclear preocupava a comunidade internacional. Na década seguinte verificou-se o surgimento de ONGs ambientalistas, preocupadas com a natureza. A palavra «desenvolvimento sustentável» foi registada pela primeira em 1986, no “Relatório Brundtland” ou “Nosso Futuro Comum”. Em traços gerais, o desenvolvimento sustentável consiste no provimento de necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às respetivas necessidades.

O relatório apresenta um conjunto de indicações e previsões sobre o caminho a adotar na defesa do desenvolvimento sustentável, a saber: o sistema de produção e de transformação de riqueza é incompatível com o desenvolvimento sustentável; colocou-se em evidência inúmeros problemas associados ao aquecimento global, à subida no nível do mar, à seca e à poluição. O compromisso tinha de passar pela adoção de medidas que garantissem a utilização de energias renováveis, a preservação da biodiversidade, o maior controlo sobre o crescimento populacional e da urbanização, uma verdadeira aposta na reciclagem e na proteção das florestas.

Por outros lados, recorrendo ao contributo de Robert Dahl (1998), verifica-se que a sociedade civil se assume com base no pluralismo social, sendo esta uma das consequências das cidades-estados”. De facto, o reduzido tamanho das cidades permitia um maior controlo das fronteiras, assegurando um controlo efetivo dos fluxos de entradas e saídas de estrangeiros. A maior abertura à multiculturalidade baseia-se na diversidade de valores, princípios, culturas, línguas e religiões. A homogeneidade facilita a convivência harmoniosa e as afinidades fazem com quem todos lutem para o bem comum.

No entanto, a emergência de grandes aglomerados urbanos e de cidades com milhões de pessoas potencializa o surgimento de conflitos associados à dificuldade de integração. Neste contexto, *um outro fator paralelo ao tamanho maior da ordem política e as consequências descritas até aqui, a diversidade, a poliarquia é a existência, nas poliarquias de um número significativo de grupos e organizações sociais que são relativamente autónomos uma em relação às outras e também no que*

*diz respeito ao próprio governo: é o chamado pluralismo ou mais especificamente, o pluralismo social e organizacional (Dahl, 2012 [1989]: 347).*

A partir da última década do século XX a questão dos países recém-independentes, provocou uma transição das ONG's do ocidente para os países do terceiro mundo (a própria nomenclatura de "terceiro mundo" é alvo de diversas discussões teóricas e políticas). A deslocação tem a ver com as melhorias na Europa e a necessidade de intervenção em países situados maioritariamente no hemisfério sul. O seu contributo foi determinante neste período histórico, marcado pelo desmembramento da União Soviética. O fim da Guerra Fria em 1991, contribuiu bastante para a afirmação das organizações não governamentais. A liberdade, a abertura política e o desenvolvimento dos meios de comunicação promoveram uma maior partilha entre os ativistas espalhados por todo o mundo, bem como fomentou os contatos entre organizações do mundo inteiro.

### **1.3. Tipologia das Organizações não governamentais.**

Segundo Convard e Mondrian (2004), no campo das definições tradicionais, podemos dividir as ONG`s em 4 grupos, a saber:

**As organizações cooperativas:** agrupam, organizações defensoras dos direitos dos trabalhadores. São exemplos disso a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a OMS (Organização Mundial de Saúde) e a F.A.O. (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura).

**As organizações Técnicas:** CPCP (Comissão da Proteção conta Radiações) e a ACI (Conselho Internacional do Aeroporto).

**Organizações ambientais e humanitárias:** organizações de luta contra a fome, contra as injustiças sociais, discriminação racial ou violações de direitos humanos. Também se incluem as organizações ambientais como a GreenPeace ou humanitárias como a Cruz Vermelha ou os Médicos sem Fronteiras.

**As organizações de intervenção urgentes:** são todas as organizações especializadas na intervenção rápida para auxiliar populações em situações de guerra, fome ou catástrofes naturais.

Um dos aspetos determinantes nesta análise prende-se com a questão da natureza / personalidade jurídica das organizações não governamentais. As ONG`s têm um papel e uma relevância inquestionáveis, sendo que a respetiva ação se encontra balizada em termos legais. No caso português, é possível verificar a sua institucionalização através Lei n.º 66/98, de 14 de outubro,

onde é possível analisar o estatuto das organizações não governamentais de cooperação para o desenvolvimento<sup>3</sup>.

Para uma melhor compreensão deste estatuto jurídico, socorremo-nos da informação presente no artigo 3º da referida lei, indicando, precisamente que as ONGD são pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos.

A nível internacional as ONG's são reconhecidas como instituições voluntárias consagradas à atividade solidária em países pobres ou zonas conflituosas. Mesmo a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece o seu estatuto e convida o Conselho Económico e Social a consultarem as ONG's em todos os assuntos relacionados com a ajuda humanitária. Apesar da autonomia em relação aos Estados, os governos muitas vezes recorrem aos conhecimentos e à experiência técnica para resolver situações complexas. O que permite economizar tempo e recursos e uma rápida resolução dos assuntos que são estranhos para o estado<sup>4</sup>.

## 1.4. ONG's e o Estado.

As ONG's são instituições não governamentais que foram criadas com o intuito de participar na construção de uma sociedade mais inclusiva, dando resposta a diversos problemas. Atuam em áreas diferentes, nomeadamente a alocação de recursos na esfera humanitária, outros na esfera ambiental, social ou da defesa dos direitos dos animais. A missão é dar auxílio sem esperar nada em troca. Os seus membros são maioritariamente voluntários e as suas atividades não visam fins lucrativos. A explosão demográfica, o crescimento das cidades, a destruição do ecossistema, a industrialização abusiva da sociedade, a poluição, a mundialização e a presença das multinacionais no mercado, representam um conjunto de problemas que o Estado não consegue enfrentar de forma isolada, pelo que o contributo e a colaboração da sociedade civil é fundamental.

É certo que a democracia é o melhor regime, no entanto o seu funcionamento, nos moldes atuais, não consegue dar resposta a todas as necessidades das populações. Importa, num contexto de incerteza a nível global, redefinir as prioridades e encontrar eixos de ação que possam dar resposta aos desafios económicos, políticos, ambientais e sociais, de modo a garantir processos de maior

---

<sup>3</sup>Cf. Diário da República, lei nº 66/98. A lei possui 19 artigos que definem o estatuto e as atividades das ONGD em Portugal. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/234902/details/maximized>. Consultado a 13 de dezembro.

<sup>4</sup> Cf. *“O conselho económico e social poderá entrar em entendimentos conveniente para a consulta com as organizações não governamentais que se ocupem de assuntos no âmbito da sua própria competência. Tal entendimento poderá ser feito com organizações internacionais”*. Carta das Nações Unidas, artigo 71. [https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer\\_file/document/14320/Carta\\_das\\_Na\\_es\\_Unidas.pdf](https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/14320/Carta_das_Na_es_Unidas.pdf). Consultado a 13 de dezembro.

distribuição de riqueza, bem como de projeção de um sistema ecológico mais sustentável e igualitário.

A descentralização do poder político e o domínio do mercado pelas multinacionais, obrigou as ONG's a assumirem uma posição reivindicativa diante um Estado cada vez debilitado. As ONG's não atuam contra o Estado, mas sim contra políticas que acentuam as desigualdades sociais. As ONG's participam nos processos de tomada de decisões em diversas áreas e ajudam a adotar políticas que consideram adequadas para a resolução dos problemas. É preciso ter cautela para não confundirmos influência e poder. O Estado tem poder e as ONG's têm influência. O Estado funciona como a entidade máxima de representação legítima do povo, podendo recorrer à força para fazer cumprir a lei. A capacidade de influência da ONG's tem a ver antes de tudo com a sua eficiência. O fim da segunda guerra mundial e as reformas institucionais que ocorreram na União Soviética e consequentemente no mundo socialista, foi concebido como uma vitória da democracia. A liberdade virou uma tendência, todos os países socialistas ou ditatoriais orientaram-se para o sistema de governo democrático e representativo. Segundo Goulard e Monti (2013:16) a democracia e as suas instituições puseram fim ao nacionalismo, uma era marcada pelas divisões, as rivalidades e as guerras. As relações entre Estados eram definidas pelo poder militar, onde os mais fracos eram obrigados a se submeter e aceitar as condições dos mais fortes. A democracia trouxe a paz e o equilíbrio entre os diversos Estados.

O insucesso da proposta inicial da democracia, tem a ver com um conjunto de fatores que Sylvie Goulard e Mário Monti, no seu livro, as "*Democracias e a União Europeia*", chamaram de "*os vícios ocultos da democracia*". Neste contexto verifica-se uma dificuldade acrescida por parte dos atores políticos em conciliarem as vontades imediatas das respetivas populações e a necessidade de construir projetos fortes de longo prazo que visam preparar um futuro próspero para as futuras gerações. Os autores abordam, igualmente, a questão do individualismo dos líderes e o isolamento das elites como questões que impedem a adoção de políticas económicas e sociais reformistas e progressistas.

Recorrendo novamente ao contributo de Sylvie Goulard e Mário Monti (2013), os autores defendem que a crise económica e institucional é mundial, ultrapassa as competências dos Estados, daí a necessidade de apoiar as instituições supranacionais já existentes como a União Europeia. É preciso uma política de longa duração, assente na garantia das gerações vindouras assegurarem um bom nível de vida e as condições para continuarem a crescer. O atual contexto passa pela defesa da democracia e pelo reforço dos elementos que a constituem, num processo transversal a todos os países. A questão da representatividade e da defesa dos interesses das populações é crucial para o processo de desenvolvimento atrás referido. A visão europeísta é fundamental para o desenvolvimento, numa perspetiva assente na solidariedade e na coesão social.

Dahl, Robert. A (1998), na sua obra, "*A Democracia e os seus críticos*" denunciou a existência de um sistema baseado na pouca democraticidade das decisões adotadas, e na existência de um

sistema diretor na própria União Europeia, assente num único critério: o demográfico. Todo o Estado ou organização democrática deve responder a um conjunto de critérios, o primeiro é a participação efetiva; nesse ponto ele afirma que todos devem ter os mesmos direitos e igual participação no processo de decisão. O segundo ponto é sobre a igualdade de votos, quando for momento de decidir sobre qual decisão tomar, todos os membros devem ter o mesmo número de votos.

*“Se alguns membros recebem maiores oportunidades do que os outros para expressar seus pontos de vista, é provável que suas políticas prevaleçam.... O critério da participação visa a evitar que isso aconteça. Suponhamos que os votos de diferentes membros sejam contados desigualmente. Por exemplo, imagine que votos sejam atribuídos um peso proporcional à quantidades de propriedades dos membros e estes possuam quantidades imensamente diferentes de propriedades. Se acreditarmos que todos os membros estão igualmente bem qualificados para participar das decisões da associação, por que os votos de alguns deveriam ser contados mais do os votos dos outros” (Dahl 1998:61)*

O terceiro ponto é da obrigação da “associação”, termo que utiliza para designar Estado ou organização democrata. Neste sentido, todos os membros devem compreender a necessidade de ação conjunta para empreender as políticas condutoras ao desenvolvimento. O quarto ponto remete para a aplicação das políticas adotadas que têm de ser discutidas e sujeitas a mudança, caso a associação não esteja satisfeita com os resultados. Se seguirmos o pensamento de Robert Dahl, a Europa viola o princípio da igualdade, ao dar mais prioridades aos interesses de determinados Estados do que propriamente ao interesse coletivo.

Por sua vez, Arend Lijphart (1989:13-14) definiu a democracia como um sistema político em que o poder é exercido indiretamente pelo povo, ou seja, o povo escolhe, através de eleições livres e transparentes, os seus governantes. Um sistema político dito democracia requer alguns critérios como a liberdade, seja ela de expressão, associativa, política e cívica ou económica; o direito de escolher pelo voto, o direito de escolher os seus governantes e de participar na vida política, o direito a uma informação verdadeira para o melhor exercício da cidadania; o direito de exigir satisfações e de se manifestar. Ainda defende que não existe apenas um modelo democrático, o modelo maioritário e o consensual. Cada Estado adapta o sistema consoante as suas necessidades, realidade ou fins. Arend Lijphart acusa o sistema maioritário adotado pela maioria dos países no mundo de ser responsável pelo fracasso democrático e crescimento dos populismos e extremismos. No sistema maioritário, existe mais democracia durante as eleições que depois. A regra é simples o partido que tiver mais votos durante as urnas governará e decidirá do modo de governabilidade até o seu mandato acabar. Uma vez o vencedor declarado, a minoria é obrigada a aceitar o resultado e os representantes. As funções do Estado são exercidas por uma pequena “minoría” escolhida pela maioria. O modelo consensual, pouco utilizado, tirando alguns países como a Inglaterra, defende a partilha das responsabilidades entre eleitos e a oposição de forma evitar a

“ditadura da maioria”, a concentração de poder nas mãos de apenas um partido político enfraquece o debate político e oprime a opinião das minorias. Os países que optam pelo sistema majoritário, ganham em estabilidade, uma rápida e maior facilidade no processo de tomada de decisão, mas sem debates não há democracia.

## 1.5. Qual é o peso das ONGs no cenário internacional e que meios utilizam para influenciar as decisões?

A legitimidade e a capacidade de influência das ONGs encontram-se relacionadas com um conjunto de fatores. O primeiro é a razão da sua existência, se hoje contam-se milhões, por um lado é devido à incapacidade ou ineficiência do Estado em dar resposta aos problemas das pessoas. O segundo fator tem a ver com a quantidade de ONGs pelo mundo. Estima-se que existam milhões distribuídas pelo mundo. As conferências globais constituem para as ONGs excelentes oportunidades para consolidar as suas posições, propor políticas e influenciar o processo de tomada de decisões.

De acordo com o Relatório RIO+20 (modelo brasileiro), durante a conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável na edição que teve lugar no Rio de Janeiro, em 2012, a ONU contabilizou 45.763 participantes, de 80 chefes de Estado, mais de 400 ministros de diversos países e cerca de 9800 organizações não governamentais. Este número elevado mostra a importância que as ONGs ganharam e o seu peso nas instituições onde são tomadas importantíssimas decisões<sup>5</sup>.

O terceiro fator relaciona-se com o valor monetário associado às ONG's e o seu impacto direto na economia mundial. Através dos seus serviços de carácter público o terceiro setor movimenta triliões de dólares por ano. Em 2017, a Fundação Calouste Gulbenkian pediu ao INE (Instituto Nacional de Estatística) para fazer um “levantamento” sobre as ONGs em Portugal. Com isso, se conclui que, em 2013, Portugal contava com 27.985 organizações, um total que apresenta 45,7% das instituições do terceiro sector e empregam 72,1% das pessoas que trabalham no sector terciário. O seu valor acrescentado bruto é 2.247 milhões (1,5 do PIB), proporcionando 174. 618 postos (3.5% da empregabilidade nacional) e estima-se que mais de 340.000 pessoas exercem trabalhos voluntariado nas ONGD<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Cf. Relatório do Rio+20, *relatório de sustentabilidade da organização da conferência das nações unidas sobre o desenvolvimento sustentável*. Disponível [http://www.rio20.gov.br/documentos/relatorio-rio-20/1.-relatorio-rio-20/at\\_download/relatorio\\_rio20.pdf](http://www.rio20.gov.br/documentos/relatorio-rio-20/1.-relatorio-rio-20/at_download/relatorio_rio20.pdf). Consultado a 20 de dezembro de 2018.

<sup>6</sup>CF. Portal do Cidadão Ativo. *As ONGs em Portugal*. Disponível em <https://gulbenkian.pt/cidadaos-ativos/ong-em-portugal/>. Consultado a 20 de novembro de 2018

## 1.6. Como é que as organizações sem fins lucrativos se financiam?

Os financiamentos das organizações sem fins lucrativos provêm de vários setores da sociedade. De facto, o financiamento pode resultar do setor privado ou particular. Neste caso, através de doações ou legados. As doações ocorrem em cenários em que entidades, grupos de pessoas ou indivíduos decidem, de livre vontade, doar parte do respetivo património para uma determinada causa. Por sua vez, os legados ocorrem aquando da morte e da garantia da doação de parte do património através de testamento.

Este contributo é fundamental para a ação e afirmação das ONG`s. As empresas desempenham um papel crucial na atribuição de fundos, seja para missões humanitárias, seja através da lei do mecenato. As empresas que disponibilizam fundos ou recursos com o propósito para apoiar projetos sociais; culturais; ambientais; desportivas, usufruem de benefícios fiscais, o mecenato. Em Portugal a Caixa Geral de Depósito deixa clara essa regalia<sup>7</sup>.

*“O regime fiscal dos donativos concebidos por pessoas coletivas visa premiar e estimular as ações de mecenato empresarial. O gasto com o donativo é relevante (do ponto de vista fiscal) na determinação do lucro tributável sujeito a IRC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) por parte que o atribui. Essas práticas diferenciam-se consoante a natureza do donativo e a entidade beneficiária e estão consolidadas no regime jurídico do mecenato e no estado dos benefícios fiscais. Segundo a legislação, as empresas podem deduzir aos seus impostos a totalidade dos donativos concebidos a projetos e instituições culturais, ate a um montante equivalente a, genericamente, 0,8% do seu volume de negócios. A empresa que concede o benefício pode ainda beneficiar de uma majoração de gastos ou perdas, que podem ser 20%, 30%, 40% ou menos 50%. A percentagem depende(sempr) das finalidades prosseguidas pelas entidades beneficiarias e do fim a que se destina o donativo”<sup>8</sup>.*

Por sua vez, o papel do Estado é, igualmente, determinante para o financiamento das organizações não governamentais. Nos Estados desenvolvidos verifica-se a disponibilização de uma certa quantia do seu PIB para apoiar os países de terceiro mundo. Alguns recorrem às ONGs e outros entreguem a embaixadas nos respetivos países que pretendem ajudar.

As ONG`s são parceiras privilegiados das Nações Unidas ou da União Europeia. Segundo a plataforma da União, todos os anos, fundos são canalizados para ajudar pelo menos 120 milhões de pessoas. As doações constituem 1% do orçamento da União, o que equivale a “pouco mais de 2 euros por cada cidadão europeu”. A ação humanitária é direcionada a todos os indivíduos que estejam a

---

<sup>7</sup>Cf. Convard Hélène, Mondrian Gabriel (2004) *Les ONG, outils d'intelligence économique ?* Disponível em [https://www.infoguerre.fr/fichiers/ONG\\_IE.pdf](https://www.infoguerre.fr/fichiers/ONG_IE.pdf). Consultado a 20 de novembro

<sup>8</sup>Cf. Caixa Geral de Depósito, Saldo Positive. *Mecenato: quais são as vantagens fiscais para a sua empresa?* Disponível em <http://saldopositivo.cgd.pt/empresas/mecenato-quais-sao-as-vantagens-fiscais-empresa/> consultado a 20 de novembro de 2018

passar por dificuldades, sem distinção de cor, raça, religião ou orientações políticas. A Direção-Geral da Ajuda Humanitária e da Proteção Civil da Comissão Europeia (ECHOA) e os parceiros, são responsáveis pela distribuição do financiamento<sup>9</sup>.

## **1.7. Os mecanismos de pressão das Organizações não governamentais**

Quando o assunto é de caráter universal ou de difícil resolução, as ONG`s do mundo inteiro unem-se e elaboram em conjunto de diretivas a seguir, usando a mobilização para pressionar os governos a atenderem as suas demandas. Nos encontros ou debates internacionais, usam a mesma fórmula para terem impacto. A União faz força, e juntos têm tudo para se fazerem ouvir e influenciar. Um dos exemplos concretos desta ação decorreu em 1981, quando o Banco Mundial, o Banco Ibero-Americano de Desenvolvimento e o Governo Brasileiro aprovaram a construção de uma rodoviária entre a capital do Mato Grosso e a capital do Rondônia. O projeto era visto como catastrófico, além da degradação ambiental, punha em risco a vida da população indígena que vivia naquela região. Os representantes ambientais do Brasil, da América do Norte iniciaram uma luta sem fim para impedir a construção da estrada. Através de uma forte mobilização popular no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, o governo brasileiro e os bancos envolvidos cancelaram o financiamento do projeto que colocava em perigo a vida indígena. A forte contestação, originou a suspensão do projeto em 1987 (Villa,1999:26). Este caso demonstra a importância da sociedade civil e das organizações internacionais no exercício da pressão e influência sobre o poder político.

## **Capítulo II. A evolução democrática da Tunísia**

De acordo com Duprat Jean-Antoine, professor e cientista francês, a sociedade civil no Médio Oriente é algo recente que resulta da influência de paradigmas ocidentais. Na Tunísia ou na maioria dos países do Médio Oriente, a noção da sociedade civil só existe há pouco tempo, o que existia eram associações familiares ou religiosas bastante comprometidas com a religião e corrompidas pelo Estado. Eram meios repressivos que os líderes usavam para eternizar o autoritarismo. Por outro lado, a cultura islâmica, percebida como um “entrave” à democracia e aos valores de

---

<sup>9</sup>Cf. União Europeia. Ajuda Humanitária e Proteção Civil. Disponível em [https://europa.eu/european-union/topics/humanitarian-aid-civil-protection\\_pt](https://europa.eu/european-union/topics/humanitarian-aid-civil-protection_pt). Consultado a 20 de novembro de 2018.

liberdade, representava uma barreira para a criação da sociedade civil. A primavera árabe é o esforço de uma sociedade civil secreta que evoluiu clandestinamente<sup>10</sup>. Embora esta percepção seja contestável, importa referir que nas modernas democracias liberais se verificou a emergência de múltiplas organizações não governamentais.

A sociedade tem duas funções importantíssimas: a primeira é a transição do governo autoritário para a democracia e uma vez instaurada, ela se une para a que a mesma seja preservada (Baker, 2015 :13).

## **2.1. De que maneira, a sociedade civil tunisina contribuiu para o fim do regime Ben Ali na Tunísia?**

Para compreender o processo de deposição de Ben Ali importa ter presente a história e a evolução política da Tunísia. A Tunísia nasceu das cinzas do grande império de Carthage que em 4º A.C dominava o Mar Mediterrâneo. A sua força devia-se à sua força naval militar e comercial. Graças à sua expansão marítima, rapidamente tornou-se o ponto mais procurado pelos comerciantes. Ao se tornar uma potência, Carthage colonizou uma grande parte da África do Norte, o sul da Espanha e a Sicília, ponto estratégico para o comércio no Mediterrâneo. O seu exército era bastante evoluído para a época, sendo composto por navios rápidos e ofensivos. O seu ponto forte era o porto de Carthage que alimentava a cidade e garantia a sua proteção. O porto abrigava centenas de navios comerciais e de guerra. Era dividido em duas partes: a primeira, reservada às trocas marítimas e a segunda exclusivamente, para uso militar. A partir de 264 A.C. entram em confrontação com romanos que queriam recuperar a Sicília das mãos dos carthagianos. Este ano foi conhecido como a primeira confrontação púnica entre os romanos e os carthagianos, na ilha da Sicília. Carthage saiu derrotada e foi obrigada a ceder a ilha, outras colónias e a pagar pesadas indemnizações. O segundo confronto ocorreu em 218 A.C, os soldados liderados pelo seu general Aníbal atacaram o Império Romano no seu próprio território. Desta batalha, Carthage saiu vencedora. Com medo do poderio do império Carthage e o medo de serem devastados, os romanos decidiram destruir por completo o único exército que lhes podia fazer frente. Em 146 A.C, Carthage é totalmente destruída, as casas foram queimadas, os sobreviventes foram reduzidos a escravos e a cidade de Carthage passou a ser a capital romana na África do Norte<sup>11</sup>.

O território que é hoje a Tunísia foi alvo de várias ocupações estrangeiras, nomeadamente, os vândalos, bizantinos, pelo império otomano, em 660 A.C pelos árabes. Entre 800 e 1135 o poder foi oscilando entre Sunitas Xiitas e outras ocupação estrangeira. Desde 1574, a Tunísia tornou-se

---

<sup>10</sup> Cf. DUPART JEAN-ANTOINE, *la société civile dans les processus de démocratisation au moyen orient*. Disponível em <http://www.academiedegeopolitiquedeparis.com/la-societe-civile-dans-les-processus-de-democratisation-au-moyen-orient/>. Consultado a 22 de dezembro.

<sup>11</sup> Cf. AFRICAPRESSE, *La véritable Histoire de Carthage et Hannibal*. Disponível em <https://www.africapresse.paris/La-veritable-Histoire-de-Carthage?lang=fr>. Consultado a 22 de dezembro.

uma província do império otomano, embora tenha bastante autonomia política sob a diretiva de um rei (bey), a dinastia continuou até a proclamação da república em 1957.

## 2.2. Independência e Regime de Bourguiba.

Em 1881, as tropas francesas marcharam e ocuparam a Tunísia. A ocupação francesa provocou a expansão da conscientização cívica através da exportação de valores e ideias iluministas francesas. Muitos centros de formação intelectuais viram o dia durante a colonização, onde os intelectuais reuniam-se para discutir as condições do colonialismo. Em 1934, nasceu o primeiro partido tunisino, liderado por Bourguiba, cujo objetivo era libertar a Tunísia da mão dos colonos. Em 1946 é criado o primeiro sindicato, a União Geral dos trabalhadores Tunisinos (UGTT). Apoiado pelos trabalhadores, Habib Bourguiba consegue finalmente a independência do país. Em 1956, é celebrado o acordo que dá à Tunísia a sua independência. Um ano depois a monarquia dos beys é completamente abolida, a República é instaurada e Bourguiba assume a presidência (Veronica,2015:26-29).

A era do Bourguiba ficou marcada pela continuação do crescimento da sociedade civil e surgimentos dos movimentos feministas. Para muitos tunisinos, Bourguiba é o pai fundador da Tunísia moderna porque, não só libertou o país da ocupação francesa, como adotou várias políticas liberais, nomeadamente o melhoramento das condições da mulher tunisina na sociedade.

Numa entrevista em 1958, Bourguiba, denunciou a violação dos direitos das mulheres, *“as mulheres são vítimas de velhos hábitos, tradições de carácter sagrado, de aspeto religioso que as obriga a se sujeitar. É preciso atacar as mentalidades, os hábitos. Não é uma questão de pobreza, mas de tradições. E os hábitos não são fáceis de abandonar”*<sup>12</sup>.

Numa cerimónia pública, o líder retirou o véu a duas mulheres. Para os mais conservadores um ato deplorável e para outros um gesto de liberdade. Em 1956, ele adotou o código de estatuto social, que continha 213 artigos. O mesmo passava a definir e a balizar a relação entre as mulheres e os homens, a posição da mulher na sociedade e no seu lar. Entre outros destaca-se o artigo 3º que proíbe, por exemplo, o casamento forçado. O casamento passa a ser válido, apenas se houver consentimento entre as duas pessoas envolvidas: a mulher e o homem. No artigo 18º a poligamia passa a ser proibida e quem cometer o ato fica sujeito a um ano de prisão e a pagar uma pesada indemnização. Com o artigo 24º o marido deixa de ter poder sobre as propriedades da mulher. Em tempos antigos, a mulher não tinha direito de pedir o divórcio, independentemente da situação em que se encontrasse, com o artigo 31º, as mulheres passam a ter o direito de pedir o divórcio, passando este processo a ter um carácter estatal e jurídico e não apenas familiar. Ainda Bourguiba

---

<sup>12</sup>CF. Entrevista de Bourguiba, *Emancipation des Femmes par Bourguiba, 1958, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fVbuznFMchs>*. Consultado a 23 de dezembro.

criticou bastante o uso do véu que cobre o rosto e o corpo das mulheres, incentivou a educação das meninas e legalizou o aborto. É início do nascimento de movimentos feministas na Tunísia para defender os direitos já conquistados<sup>13</sup>.

A adoção de uma constituição reformista e do código social que protege a mulher, foram recompensados pela entrada, em 1957, da Tunísia nas Nações Unidas. Em 1957, a Tunísia é oficialmente, uma República reconhecida pela comunidade internacional. Em 1975, o pai fundador e reformista da Tunísia moderna, decidiu-se eternizar no poder, quando a Assembleia decidiu nomeá-lo, líder para vida. Deram a Bourguida a possibilidade de ficar no poder até a sua morte. A UGTT foi proibida de exercer atividades dentro do país.

Bourguiba tinha 84 anos quando foi derrubado pelo então primeiro ministro, Ben Ali, num golpe pacífico (Verónica, 2015: 30-31).

## 2.2. Regime de Ben Ali.

Antes de iniciar a história do Ben Ali e das manifestações de 2011, convém dizer que, as ocupações estrangeiras, os longos anos de autoritarismo foram um pilar na constituição da sociedade civil tunisina. A queda de Ben Ali era previsível desde o dia que subiu ao poder, por um lado, Ben Ali continuou a perseguição da sociedade civil e por outro lado, ao contrário do seu precedente, ele nunca conseguiu criar uma aproximação com o povo tunisino. Para conservar o seu poder, ele recorreu à violência, rompendo com todos os compromissos e promessas reformistas. Ele proibiu o associativismo e as manifestações. Os opositores eram perseguidos, presos e alguns estiveram 20 anos no exílio. A situação agudizou-se para Ben Ali com a crise económica de 2008. O regime do Ben Ali foi marcado por 23 anos de elevadas taxas de desemprego, elevados níveis de corrupção, miséria, fome, marginalização e violência policial (Verónica, 2015:32-35).

## 2.3. O Início da Revolução.

A revolução tunisina que derrubou o regime do Ben Ali e que viria a ter repercussões no mundo árabe, partiu de uma pequena cidade Sidi Bouzid. Tudo começou quando um jovem, chamado Muhammed Bouaziz, desempregado, vendedor ambulante, viu a sua carrinha de frutas apreendida pelas autoridades, alegando ilegalidade de vender nas ruas. Ele dirigiu-se para a sede do governo regional para tentar recuperar o seu meio de sustento. Insatisfeito com tratamento e a humilhação que foi alvo, Muhammed Bouaziz, comprou combustível e autoimolou-se, à frente da sede regional. O Regime de Ali, tudo fez para ofuscar o caso, acusando o jovem de transgressor, alcoólico e

---

<sup>13</sup>Cf. Code du statut personnel, *decreto do 13 de agosto de 1945, promulgação do código do estatuto pessoal*. Disponível em [http://www.ejustice.tn/fileadmin/fichiers\\_site\\_francais/codes\\_juridiques/Statut\\_personel\\_Fr.pdf](http://www.ejustice.tn/fileadmin/fichiers_site_francais/codes_juridiques/Statut_personel_Fr.pdf). Consultado a 23 de dezembro.

criminoso. A morte do Bouaziz, desencadeou onda de solidariedade e de uma revolta por todo o país, com uma única exigência, a mudança de regime (Deane, 2013: 5).

É o início da revolução Yasmin. O símbolo da revolta é uma flor branca típica do país, inconfundível pela sua beleza e pelo seu cheiro irresistível. Representa o bom e o melhor que a Túnis possui: a bondade, a pureza, a avida e a tolerância.

Dia 13 de janeiro de 2011, Ben Ali dirigiu-se ao país:

*“Em nome de Allah, o clemente, o misericordioso.*

*Povo da Tunísia, hoje dirijo-me a vocês, aos residentes no país e aos que vivem no estrangeiro. A situação atual em que estamos a viver exige uma mudança radical. Sim, uma mudança total e imediata. Hoje compreendo. Sim, eu compreendo-vos, eu compreendo cada um de vocês, os desempregados, os necessitados, os políticos e todos que aspiram por mais liberdade, eu compreendo-vos. Mas os acontecimentos recentes não coincidem com o nosso modo de viver, a violência não faz parte da nossa cultura, dos nossos comportamentos, tem de acabar”<sup>14</sup>.*

No dia seguinte, milhares de pessoas saíram às ruas e enviaram uma forte resposta ao presidente. A mensagem era simples e curta “*Degage*” - “*vai embora*”. Horas depois é anunciada a fuga de Ben ALI, o sentimento de liberdade contagiou todas as ruas, *ao mesmo tempo* despertou nos tunisinos algumas dúvidas: O que fazemos agora? O que nos reserva o futuro? Qual é o caminho para a liberdade?

Em janeiro de 2011, depois da partida do Ben Ali, Fouad Mebazaa, o presidente da Assembleia desde 1997 assumiu a função de presidente interino. Mohamed Ghannouchi, primeiro ministro de Ben Ali desde 1999, formou, um governo denominado “*governo de união nacional*”. Ao longo dos meses que se seguiram, organizaram-se manifestações por todo o país, o povo exigiu o rompimento total com o antigo regime e os seus símbolos, o governo constituído pelos membros do antigo regime não resistiu à pressão popular, a Assembleia foi dissolvida, e o partido do antigo regime, Reagrupamento Constitucional Democrático (RCD) é completamente afastado do cenário político. O segundo do governo liderado por Beiji Caid Essebsi tomou posse em fevereiro de 2011, com a promessa de organizar eleições para eleger a Assembleia Constituinte. Em 23 de setembro, o povo tunisino foi chamado a eleger os representantes para Assembleia Nacional Constituinte. Sem dúvida, um dia histórico que ficará gravado na memória de todos os tunisinos.

O partido islamita Ennahdha ganhou com uma maioria clara, teve 89 assentos sobre 217. O resto dos assentos foram distribuídos entre os partidos da resistência O segundo partido, CPR de Moncef Marzouki teve 29 assentos. O segundo e terceiro partido, juntaram-se ao primeiro para formar o

---

<sup>14</sup> Reportage sur la révolution en Tunisie, 2013. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=-HBGq4qABp0>. Tempo : 1-3 minute. Consultado 24 de dezembro de 2018.

governo “*troika*”, Moncef Marzouki, CPR assumiu a função de Presidente da República, o secretário geral do Ennahdha, Hamadi Jebali formou e liderou governo e Mustapha Bem Jaafar, Ettakatol, assumiu a função de presidente da Assembleia constituinte.

O partido Ennahdha, também conhecido como o partido islâmico democrático foi fundado em 1981. No início foi associado aos movimentos radicais, mas ao longo tempo assumiu uma posição de modernismo e de democracia. Foi o principal partido de oposição durante os regimes de Bourguiba e de Ben Ali. O secretário geral foi perseguido, torturado e acabou por ser obrigado ao exílio durante 20 anos, Hamadi Jebali apenas regressou com a fuga do Ben Ali. A vitória foi uma maneira solidária que o povo encontrou para recompensar o partido e o seu líder pelos anos de luta e de sacrifício. Por outro lado, mais de 95% da população da Tunísia é muçulmana, a religião é de extrema importância, o Ennahdha é o partido que concilia a religião pela qual não se querem separar e a democracia pela qual tanto aspiram (Deane, 2003: 10).

Apesar de todas as garantias dadas pelo partido islamita democrata em se conformar com as visões e objetivos da revolução, a oposição temia um golpe de estado. A oposição e o governo assinaram um acordo que obrigaria o governo a elaborar a constituição num prazo de 1 ano.

Mas nada aconteceu como previsto, dia 25 de julho de 2013, o deputado Mohamed Brahimi, da resistência foi assassinado à frente da sua casa. O país entrou numa profunda crise política. Para a oposição tal facto era resultado da ação do principal partido do governo e exigiu dissolução imediata da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Um ano passou e nada foi feito, a fatalidade que devia suscitar união e a solidariedade deu lugar a confrontações nas instituições estatais. Após 6 meses do assassinato de Mohamed Brahimi, outro deputado Chokri Belaid, foi também baleado ao sair da sua propriedade. O poder político caiu na rua e o risco de um golpe de estado ou de uma guerra civil tornou-se iminente. Os debates foram suspensos, os deputados abandonaram a Assembleia Nacional Constituinte para se juntarem aos manifestantes e as forças armadas sofreram ataques terroristas que provocaram 8 mortos. O governo apelou à intervenção da sociedade civil para assumir papel de intermediário e ajudar o país a sair da crise que ameaçava fortemente a transição.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Huffpost. Mustapha Ben Jaafar. Le processus transitionnel en Tunisie 2011-2014 : De la crise au dialogue national. Disponível em <https://www.huffpostmaghreb.com/search/?keywords=transition+tunisie+2011>. Consultado a Consultado 24 de dezembro de 2018

## 2.4. A intervenção da sociedade civil no processo da transição e implementação da República.

A fuga de Ben Ali é resultado da pressão popular, mas a transição teve muito mérito da sociedade civil. Sem a intervenção da sociedade civil, não teria havido transição, estaríamos agora a falar da queda de um regime autoritário e a ascensão de um outro, como aconteceu no Egito. Não se questiona a força da revolta popular, mas era uma revolta sem líder, sem organização, guiada pela emoção, o sentimento de vingança e justiça. Com a fuga de Ben Ali, a sociedade civil assumiu a responsabilidade de levar os tunisinos a bom porto, definindo as diretivas a seguir, os passos e os objetivos a serem prosseguidos.

As maiores forças sociais do país liderado pelo UGTT decidiram criar o Quarteto Nacional do Dialogo (QND). A União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT); Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia (ONAT); Liga dos Direitos Humanos da Tunísia (LTDA); a União Tunisina de Indústria, do Comércio e do Artesanato (UTICA) uniram as forças e formaram o “quarteto do diálogo”, foi criado no intuito de reconciliar o país e evitar a guerra civil. O quarteto do diálogo nacional decidiu, diante das espingardas e dos ataques terroristas, usou o diálogo como arma. Perceberam que o futuro da Tunísia exige a reconciliação entre norte e sul, entre áreas urbanas e rurais, entre direita e esquerda, entre revolucionários e islâmicos, entre desempregados e empregados.

Uma das primeiras ações realizadas pela QDN foi convencer o governo maioritário a abdicar. Dia 29 de janeiro um governo tecnocrata tomou posse, a assembleia retomou o seu trabalho. Com isso, deram esperança aos mais pessimistas. O processo implicou a divulgação de um novo sentido de cidadania e de participação nas decisões públicas, como por exemplo a organização de debates políticos nos cafés, nas ruas e nas praças públicas de todo o país.

Surpreendida com os acontecimentos, uma jornalista declarou:

*“É um começo novo. Faz 15 anos que estou nessa profissão. Em toda a minha carreira, não me lembro de alguma vez ter escrito de forma livre e espontânea. Está a tornar-se difícil para nós saber o que é a liberdade de expressão e democracia. Estamos todos a aprender, quer os jornalistas, as pessoas nas ruas ou em casa e não estamos habituados a aceitar a opinião alheia.”<sup>16</sup>*

Outra acrescentou

---

<sup>16</sup> Reportage sur la révolution en Tunisie, 2013. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=-HBGq4qABp0>. Tempo: 10-15 minutos. Consultado 25 de dezembro de 2018.

“Não é que tenhamos medo da democracia, simplesmente, nunca a conhecemos. A democracia para nós é uma novidade e pouco-a-pouco, vamos aprendendo o que é a liberdade. Não podemos ter medo de algo pela qual tanto esperamos”.<sup>17</sup>

Diante da degradação entre a maioria e a oposição, os discursos populistas foram ganhando espaço. Movimentos radicais começaram a apelar à instauração de um regime islâmico, baseado na Sharia, boicotando as intuições que estavam a ser implementadas.

Além dos problemas ideológicos, verificava-se o acréscimo das dificuldades económicas. O desemprego aumentou cerca de 5%, mais de 170 empresas encerraram, a instabilidade afastou completamente os investidores estrangeiros, o turismo que representa 7% do PIB da economia do país era quase inexistente (Deane, 2013: 19).

Devido à sua posição marítima, o seu clima agradável e a sua riqueza histórica, a Tunísia recebe milhões de visitantes todos os anos. Só em 2008, recebeu 7.048.999 de turistas. Em 2009, foram 6,9 milhões. Em 2011 e 2012, o turismo desceu 42,9.<sup>18</sup>

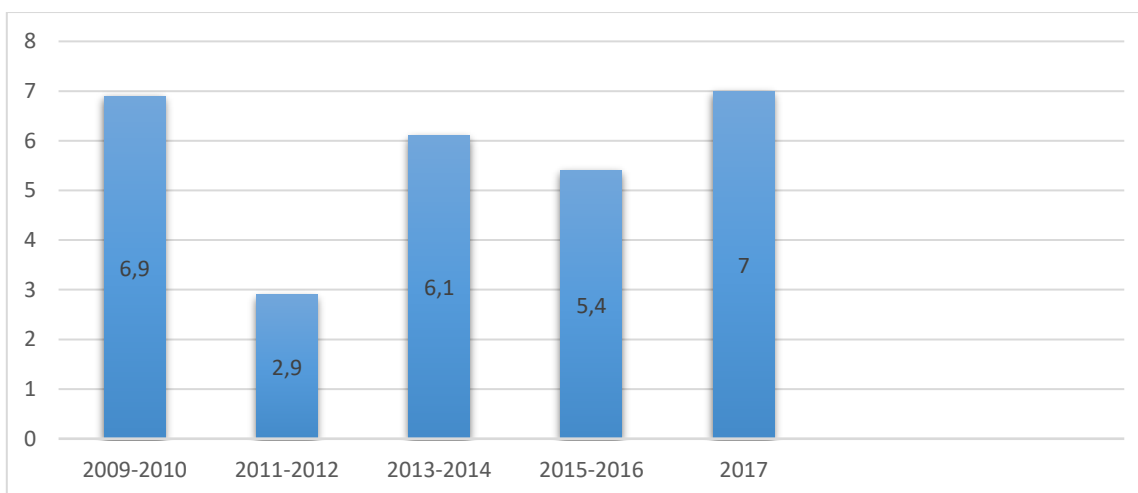


Gráfico i. Número de entrada de turistas em milhões<sup>19</sup>

De acordo com os dados da “*Statistique Tunisie*” a economia é diretamente afetada com o crescimento ou a queda do turismo. São mais de 90 mil postos de trabalhos que são diretamente dependentes dos visitantes estrangeiros.<sup>20</sup>

<sup>17</sup> Reportage sur la révolution en Tunisie, 2013. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=-HBGg4qABp0>. Tempo: 10-15 minutos. Consultado 25 de dezembro de 2018.

<sup>18</sup> Geoturisme. *Le tourisme en Tunisie*. Disponível em [http://geotourweb.com/nouvelle\\_page\\_90.htm](http://geotourweb.com/nouvelle_page_90.htm). Consultado a 25 de dezembro de 2018.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Plateforme des Statistique Tunisie. Disponível <http://www.ins.nat.tn/fr/themes/tourisme>. Consultado a 26 de dezembro de 2018.

Segundos os dados do Ministério da Formação Profissional e do Emprego, a taxa de desemprego em 2010 era de 13%, por sua vez em 2011 subiu para 18,3%. Pode-se notar claramente a subida do número de desempregados e o crescimento do PIB foi de 3.51 para 2010, para o saldo foi negativo de -1.92, em 2011<sup>21</sup>.

A taxa de criminalidade em 2011 é de 2 pontos e em 2012 de 3.50. O sentimento de insegurança afastou os investidores estrangeiros que cobre 23% do PIB nacional<sup>22</sup>.

O impasse político acompanhado por enormes dificuldades económicas, facilitava o alastramento das ideias extremistas, o que chamou atenção da Alerta Internacional e muitas outras organizações da urgência de apoiar material e politicamente a sociedade civil. Estima-se que durante este período, a sociedade civil tunisina, beneficiou de uma ajuda financeira estimada em 614 milhões, além da ajuda financeira, beneficiaram do acompanhamento internacional. Com a ajuda recebida, rapidamente foram criados postos de acolhimentos e de ajuda aos idosos, aos desempregados, aos necessitados e às crianças. Em janeiro de 2014, a ANC, aprovou a constituição que viria a recompensar os esforços da sociedade inteira. A constituição correspondeu a todas as exigências do povo, desde à defesa de todos os direitos e as liberdades de expressão, a secularidade do Estado, as liberdades religiosas e os direitos das mulheres fortemente protegidos.

*“Artigo 1: A Tunísia é um estado livre, independente e soberano, a islã é a sua religião, o árabe é a sua língua e a república o seu regime. Este artigo não está sujeito a revisão.*

*Artigo 3: o povo é detentor da soberania e a fonte do poder. Ele o exerce através dos seus representantes eleitos ou por referendo”.*

O poder político demonstrou uma preocupação crescente com a juventude do país, dando-lhe um estatuto indispensável para o sucesso dos compromissos democráticos e a promessa de um melhor acompanhamento, aproveitamento nas qualidades e investimento na formação dos jovens.

A constituição respondeu às exigências dos observadores internacionais e contemplou a luta de todas as mulheres no processo revolucionário, a memória das 11 mulheres que perderam a vida durante as confrontações com as forças armadas e tantas outras que subiram ferimentos graves.

Muito foi conquistado e muito falta por conquistar, a mulher tunisina representa mais ou menos 50% da população e representa 66% dos formados. No entanto, a participação feminina no mercado de trabalho é de apenas 28%. Segundo uma pesquisa do “*Instituto Arabes des Chefs d’Entreprise*” realizada em 2016, a mulher tunisina precisa trabalhar dois meses a mais para ter o salário

---

<sup>21</sup> République Tunisienne, Ministère de la formation professionnelle et de L’emploi. *Population en Chomage*. Disponível <http://www.emploi.gov.tn/fr/observatoire/statistiques/population-en-chomage/>. Consultado a 26 de dezembro de 2018.

<sup>22</sup> Fórum Perceptive du Monde, *Niveau de la criminalité violente, Tunisie*. Disponível <http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMTendanceStatPays?langue=fr&codePays=TUN&codeThe me=17&codeStat=SECU.GPI.CRIM>. Consultado a 26 de dezembro de 2018.

equivalente ao dos homens. A diversidade de género nos cargos mais altos das empresas é de 11,7% contra 88,3% dos homens.<sup>23</sup>

Para os movimentos feministas, existe uma ilegalidade, uma dominação masculina, uma discriminação que impede as mulheres de chegarem nas instâncias onde as decisões são tomadas. Os postos não são atribuídos consoante as competências, mas sim consoante o sexo.

A primeira nomeação de uma mulher para fazer parte de um governo foi em 1983. Durante o regime do Ben Ali, o governo era composto por 30 ministros, contando apenas com uma ministra, encarregue dos assuntos da mulher, da família, da criança e dos idosos. As mulheres lamentam que as nomeações sejam sempre uma continuação das suas tarefas domésticas. Com isso, esperam desempenhar funções como ministro da defesa, das finanças ou dos assuntos estrangeiros, em vez de funções relacionadas com crianças, idosos ou doentes. No governo provisório de 2011, havia três mulheres: a ministra dos assuntos das mulher e duas secretárias; uma responsável pelo desporto e outra e pela saúde. No governo de transição de 2013, contou-se 3 mulheres, uma ministra dos assuntos da mulher e duas secretárias: uma do ambiente e outra da habitação.

Hoje a Tunísia detém a mais elevada taxa de participação feminina do mundo árabe no parlamento. A assembleia dos representantes do povo contabiliza 67 mulheres num total 217 deputados, ou seja, uma taxa de 30,88%, um recorde no mundo árabe, o que lhe deveu o prémio do fórum mundial das mulheres parlamentares em 2015<sup>24</sup>. Das 4900 associações que foram criadas depois da transição 68 são feministas.

No atual governo tunisino, contabiliza-se 6 mulheres, a ministra da juventude e do desporto, a ministra da mulher e da família e a ministra do turismo e do artesanato. E três secretárias de Estado que atuam no ministério da saúde, do transporte e formação profissional e do emprego.<sup>25</sup>

Antes da revolução nenhum partido político teve uma mulher na sua direção. Depois da transição, dos 140 partidos que foram criados, dois são liderados por mulheres. Emna Mansour Karoui é a líder do Movimento Democrático para a Reforma e a Construção (MDRC). Meriem Mnour, secretária-geral do Partido Tunisino (PT). Em setembro 2014, Emna Mansour, foi a primeira mulher a se candidatar para a presidência. Ela justificou a sua candidatura com estas palavras:

---

<sup>23</sup> WEBMANAGERCENTER. *L'IACE lève le voile sur l'inégalité salariale homme/femme en Tunisie*. Disponível em <https://www.webmanagercenter.com/2016/12/22/400685/enquete-liace-leve-le-voile-sur-linegalite-salariale-hommesfemme-en-tunisie/>. Consultado a 26 de dezembro.

<sup>24</sup>Tuniswebdo, *La Tunisie reçoit le prix du forum mondial des femmes parlementaires*. Disponível em <http://www.webdo.tn/2015/03/25/la-tunisie-detient-le-taux-le-plus-eleve-de-femmes-deputes-dans-le-monde-arabe/>. Consultado a 27 de dezembro de 2018.

<sup>25</sup>Portail du Gouvernement Tunien. Disponível em [http://fr.tunisie.gov.tn/3-membres-de-gouvernement.htm?ip=1&op=DE\\_ANNUAIRE\\_MINISTERES.ANN\\_ORDRE+asc%2CDE\\_MEMBREGOV.MEG\\_ORDRE+asc&cp=c5c5133f5e75341a47a5&mp=16#p](http://fr.tunisie.gov.tn/3-membres-de-gouvernement.htm?ip=1&op=DE_ANNUAIRE_MINISTERES.ANN_ORDRE+asc%2CDE_MEMBREGOV.MEG_ORDRE+asc&cp=c5c5133f5e75341a47a5&mp=16#p). Consultado a 27 de dezembro de 2018

*“Candidatar-me às eleições presidenciais não é uma ambição pessoal, é uma resposta à necessidade do país, com isso, propor um novo programa político e responder às exigências do povo tunisino. É imperativo consolidar a presença da mulher, nas instâncias de decisão, tendo em conta a sua importância na vida política, económica e social”<sup>26</sup>.*

O artigo 21, declara igualdade entre cidadãos perante a lei sem discriminação. O artigo 34 garante a todo o indivíduo o direito a votar e de se candidatar nas eleições presidenciais ou nas legislativas. O artigo 40, exalta, o direito ao trabalho, a um salário justo e a melhores condições de trabalho. O artigo 46 é bastante importante, uma vez que vem proteger o que já foi garantido, neste artigo o Estado compromete-se a proteger todos direitos conquistados pelas mulheres. Para além disso compromete-se a apoiar as mulheres nas suas lutas, a melhorar os seus direitos e o acesso aos cargos políticos ou públicos.

Os direitos e liberdades da sociedade civil, o motor principal do sucesso da revolução não foram esquecidos nem minimizados. Os artigos 35, 36, 37, consagraram a todos os cidadãos a liberdade e o direito de criarem ou fazerem parte de associações, sindicatos, partidos sem a ingerência do estado. Uma sociedade civil ativa e envolvida é considerada nuclear no crescimento social e na consolidação política. O direito a manifestação é permitido.

*“Artigo 35 A liberdade de formar partidos políticos, sindicatos e associações é garantido. Os partidos políticos, os sindicatos e associações comprometem-se com o seus estatutos e atividades a cumprir as disposições da constituição e da lei, bem como a transparência financeira e a rejeição da violência. Com o Artigo 36 o direito sindical, incluindo o direito de greve é garantido. Esse direito não se aplica ao exército nacional. O direito de greve não se aplica as forças de segurança e a alfândega. O Artigo 37, la liberdade de reuniões e de manifestações pacífica é garantido.”*

A sociedade civil conquistou a confiança do povo. Hoje a população, principalmente a juventude, prefere associar-se a organizações da sociedade civil do que apoiar um partido. Em 2015, o quartel nacional do diálogo recebeu o prémio nobel da paz.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Directinfo, *Emna Mansou Karoui, candidate à la présidentielle*, 2015. Disponível em <https://directinfo.webmanagercenter.com/2014/03/03/tunisie-emna-mansour-karoui-pour-la-reforme-et-la-construction-candidate-a-la-presidentielle/>. Consultado a 27 de dezembro de 2018.

<sup>27</sup> L'express. *Nobel de la paix : le quartette tunisien reçoit son à Oslo*. 2015. Disponível em [https://www.lexpress.fr/actualites/1/actualite/nobel-de-la-paix-le-quartette-tunisien-recoit-son-prix-a-oslo\\_1744344.html](https://www.lexpress.fr/actualites/1/actualite/nobel-de-la-paix-le-quartette-tunisien-recoit-son-prix-a-oslo_1744344.html). Consultado a 28 de dezembro de 2018.

## 2.4. A relação entre Portugal e a Tunísia.

Portugal e Tunísia estabelecem relações desde 1799, quando os dois reinos assinaram um tratado de tréguas, que foi renovado em 1822. Em 1957, Portugal nomeou o seu primeiro representante diplomático no país. Portugal foi um dos primeiros países a reconhecer oficialmente a independência da Tunísia. O primeiro acordo comercial foi celebrado em 1874. A aproximação geográfica é um fator que pode ajudar a explicar o forte investimento no país magrebino.<sup>28</sup>

Entre 1999 a 2001 Portugal foi o um dos maiores investidores “nomeadamente na área da construção e cimentos, em que estão presentes o Grupo Amorim, a Cimpor (que já investiu 206 milhões) e a Secil (com 214 milhões euros)”<sup>29</sup>.

A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), comprometeu-se a aprofundar o dinamismo das relações empresariais, apoiando as empresas já fixadas no terreno, incentivando as que querem se lançar e potencializar ainda mais as trocas com a Tunísia<sup>30</sup>.

*“em 2005 as exportações para a Tunísia cresceram 9,9% em relação ao ano 2014. Os principais produtos exportados em 2015 são; os produtos têxtis (25,7%), combustíveis minerais (13,7), papel e pasta de pape l (12,1), madeira e cortiça (7,4), entre outros”<sup>31</sup>.*

*“As empresas portuguesas que exportam bens e materiais para a Tunísia, em 2011 eram 397 e em 2014 subiu para 424”.*

Só em 2016, Portugal exportou 163,7 milhões em bens e serviços contra 21,5 para a Tunísia, em 2017 a receita portuguesa aumentou para 202,4 milhões contra 29,8 milhões para a Tunísia. 46 empresas portuguesas atuam na Tunísia e uma empresa tunisiana em Portugal, a COFICAB, a grande multinacional ligada a produção de automóveis, em Portugal<sup>32</sup>.

O único estudo encontrado que aborde a imigração tunisiana em Portugal, é de 1999/2000. Em 2000 viviam em Portugal 56 emigrantes provenientes da Tunísia. Portugal não é de todo o destino

---

<sup>28</sup> Portal do Governo. “Tunísia”. Disponível em <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/tunisia>. Consultado a 28 de dezembro de 2018.

<sup>29</sup> Público. “Portugal e Tunísia dão hoje salto significativo nas relações bilaterais”. Disponível em <https://www.publico.pt/2003/06/17/politica/noticia/portugal-e-tunisia-dao-hoje-salto-significativo-nas-relacoes-bilaterais-1153076>. Consultado a 28 de dezembro de 2018.

<sup>30</sup> Portal do governo. “ABC Mercado/Tunísia”. Disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Acoes/abcMercado/Paginas/ABC-Mercado-Tunisia2016SaibaMais.aspx>. Consultado a 28 de dezembro de 2018.

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Relatório da AICEP. Tunísia-síntese País. Atualizado em 2018. Disponível em <file:///C:/Users/user/Downloads/TunisiaSP.pdf>. Consultado a 28 de dezembro de 2018.

predileto dos tunisinos que preferem imigrar para França ou países que têm o francês como língua oficial, uma vez que esta é a 2ª língua mais falada na Tunísia<sup>33</sup>.

Desde a assinatura do tratado de boa vizinhança em 2003, Portugal e Tunísia já efetuaram 4 cimeiras. Para celebrar os 60 anos de diplomacia e de amizade entre os dois países, o primeiro ministro português, António Costa efetuou uma visita política, acompanhado pelo ministro do Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva; pelo ministro da Economia Caldeira Cabral e pelo titular da pasta da Administração Interna, Eduardo Cabral dia, em 20 de novembro de 2017 na Tunísia. Nessa quarta cimeira discutiu-se questão ambientais, de segurança, científicas e de proteção civil. No final do encontro, o primeiro ministro português sublinhou:

*“Não somos só bons vizinhos da Tunísia. Somos, em cada dia que passa, amigos mais fortes da Tunísia.”*<sup>34</sup>

## Capítulo III. Estágio Curricular na Amnistia Internacional.

A Amnistia Internacional é uma organização não governamental. Conta com mais 7 milhões de membros espalhados pelo mundo, que juntos abraçam uma luta constante e sem fim contra qualquer tipo de políticas e ações que violem os direitos e liberdades dos indivíduos. Lutam para erradicar por completo toda a injustiça, desigualdade e trazer paz e estabilidade no mundo. A Amnistia Internacional assume um carácter único no panorama das organizações não governamentais, sendo livre e independente de influências políticas, religiosas e culturais, sendo a principal fonte de financiamento o setor privado (donativos particulares).

Portugal teve uma influência direta na criação da Amnistia Internacional, um advogado britânico ficou indignado com a detenção de dois jovens portugueses, militantes de direitos humanos, em 1961. Chocado com a violação dos seus direitos, ele decidiu redigir artigos contra o não respeito dos direitos e é o início de uma longa campanha contra o autoritarismo e a injustiça.

O primeiro resultado da Amnistia foi em 1963, ao conseguir libertar o pastor ucraniano, Josyf Slipyi, preso desde 1945. Em 1972, inicia-se uma campanha contra a tortura, o tratamento desumano de inocentes ou de prisioneiros. A tortura ainda é usada em muitos países como mecanismo para

---

<sup>33</sup> Cabral Alcinda. *A presença tunisiana em Portugal*. Disponível em <file:///C:/Users/user/Downloads/920-Texto%20do%20Trabalho-2260-1-10-20120720.pdf>. Consultado a 29 de dezembro de 2018.

<sup>34</sup> Diário de notícias. *Costa faz acordos de cooperação no país onde Ronaldo é “deus”*. Disponível em <https://www.dn.pt/portugal/interior/costa-faz-acordos-de-cooperacao-no-pais-onde-ronaldo-e-deus-8931592.html>. Consultado a 29 de dezembro de 2018.

pressionar e punir todos aqueles que se opõem ao autoritarismo. A tortura é presente quer nos países em vias de desenvolvimento quer nos países desenvolvidos. Depois de 12 anos de pressão, a ONU adotou a convenção contra a tortura em 1984.

Para recompensar o seu contributo na defesa dos direitos humanos, a Amnistia Internacional recebeu o prémio nobel da paz em 1977.

A pena de morte é ainda aplicada em vários países. A pena capital significa o ato de condenar uma pessoa à execução. O castigo é infligido a todo indivíduo que tenha cometido um crime que justifique a pena. Desde 1977 que a Amnistia trabalha no sentido de pôr fim a este crime praticado pelo estado em nome de uma população que desconhece a verdadeira realidade e consequência do castigo na sociedade.

*“A pena de morte não é solução para a violência. É o sintoma de uma cultura de violência”*<sup>35</sup>

Em 2005, a Amnistia salvou a vida de Hafez Ibrahim que foi condenado aos 16 anos, num processo rápido e sem prova a pena de morte, no Yemen. Uma campanha foi lançada com slogan “eles vão executar, o Hafez”, o governo do Yemen não resistiu à pressão e anulou a execução. Hoje Hafez tem 33 anos e é advogado.

*“Devo a minha vida à Amnistia internacional. Agora dedico-me a fazer campanha contra a pena de morte”*<sup>36</sup> declarou o Hafez.

Ao contrário dos que sustentam a aplicação da pena de morte, com a justificação de que esta legislação pode ajudar a diminuir drasticamente a violência, a Amnistia defende que a pena de morte não é solução, mas sim a propagação da própria violência. Além do direito à vida que todo o indivíduo possui, os verdadeiros motivos da defesa pela anulação da pena são os erros judiciais. A pena de morte é irrevogável, está presente o risco de condenar e executar um inocente, sem possibilidade de corrigir o erro cometido. A abolição é inevitável, 2/3 dos países já aboliram. A maioria das execuções ainda acontece nos Estados Unidos, China, Arabia Saudita, Iraque e Paquistão.

Segundo um estudo realizado pelo professor da faculdade de direito da Universidade de Michigan, Samuel R. Gross, publicado pela revista científica *Proceedings of the National Academy of sciences*, em 2014, 4,1% das pessoas condenadas à pena capital são inocentes ou seja uma em cada vinte e cinco condenações<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> Amnistia Internacional. A pena de morte. Disponível em <https://www.amnistia.pt/tematica/pena-de-morte/> consultado a 30 de dezembro de 2018

<sup>36</sup> Amnesty International: *I owe my life to Amnesty International*. Disponível em <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2010/04/i-owe-my-life-amnesty-international/>. consultado a 30 de dezembro de 2018.

<sup>37</sup> BBC. Mais de 4% dos condenados à morte nos EUA são inocentes, indica estudo. Disponível em [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140428\\_estudo\\_condenados\\_morte\\_pai\\_ac](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140428_estudo_condenados_morte_pai_ac). consultado a 30 de dezembro de 2018.

Em 1993, a Amnistia teve a ideia de convencer a comunidade internacional de criar o primeiro tribunal penal internacional, cujo objetivo seria investigar, julgar e condenar, os responsáveis por crimes como genocídios, guerras civis, crimes contra humanidades, atos terroristas. O tribunal foi criado em 1998, na esperança de pôr fim à impunidade e aos conflitos pelo mundo. Entretanto o tribunal é acusado de estar em contradição com os seus compromissos iniciais, é acusado de perseguir e condenar apenas líderes dos países de terceiro mundo, principalmente líderes Africanos. Os crimes cometidos pelos presidentes dos Estados Unidos ou pela França no Médio Oriente nos últimos anos, nunca foram investigados e os seus líderes nunca foram chamados para se explicarem. Para os líderes Africanos, o tribunal é racista e neocolonialista. Países como África do Sul, Burúndia e Gâmbia, decidiram se retirar. Pode-se dizer que apesar de ter falhado a sua missão, o tribunal penal internacional foi uma boa iniciativa.<sup>38</sup>

A Amnistia internacional atribui prémios àqueles que pela sua coragem e determinação se opõem ao autoritarismo. Em 2006, atribuiu a Nelson Mandela, o prémio “embaixador da consciência”. Os longos anos de luta e de sacrifícios, fizeram de Mandela, um exemplo para milhões de pessoas. O prémio é uma recompensa ao seu compromisso com a justiça e a paz na África do Sul e no mundo. Ao receber o prémio, mostrou o seu contentamento e incentivou o mundo a lutar, lembrando que é da responsabilidade de todos construir um mundo melhor.

*“Como a Amnistia internacional, por muitos anos lutei para a justiça e os direitos humanos. Agora retirei-me da vida política. Mas enquanto a injustiça e a desigualdade continuar, ninguém poderá ter paz e descanso”<sup>39</sup>.*

A Amnistia reconhece a importância das plataformas virtuais; das redes sociais; da internet em geral, na comunicação e na elevação da consciência do indivíduo. Por isso, em 2007, integrou a liberdade de expressão na internet na sua agenda. O objetivo é claro, procurar relançar o debate sobre a liberdade de expressão em todas as suas formas. Conscientes do poder da comunicação e de mobilização da internet, os países autoritários tendem a censurar ou bloquear o livre acesso. Em 2007, Ali Sayed, 50 anos, professor de inglês, foi condenado pelo regime sírio por ter publicado um artigo na internet, onde denunciava os abusos de poder e o não respeito dos direitos por parte do regime. Após 4 meses desta condenação, com o apoio da Amnistia Internacional, viria a ser libertado.

Em 2014, a Amnistia Internacional, contribuiu para adoção de políticas de controlo de armas. O tratado de comércio de armas convencionais, adotado em 2014, é o primeiro mecanismo jurídico que regulamenta a comercialização de materiais bélicos no mundo. A emergência de grupos terroristas, violentos e muitos dos abusos dos ditadores é diretamente influenciado pela

---

<sup>38</sup> Amnesty International. *Retrait du Burundi de la Cour Pénal Internationale(CPI)*. Disponível em <https://www.amnesty.fr/justice-internationale-et-impunite/actualites/retrait-du-burundi-de-la-cpi-une-tentative-cynique>. consultado a 30 de dezembro de 2018.

<sup>39</sup> Amnesty International. *Nelson Mandela: 1918-2013*. Disponível em <https://www.amnesty.org.uk/nelson-mandela-1918-2013>. consultado a 30 de dezembro de 2018.

irregularidade do comércio. Os conflitos na América Latina, no Sudão, Etiópia, Congo e na África Central resulta da comercialização ilegal e descontrolada de armas. A amnistia espera deste tratado, o fim das exportações de armas em zonas de conflito, a proibição de compra de armas por parte de ditadores ou grupos violentos porque as mesmas são depois usadas para aterrorizar as populações, uma maior monitorização das armas e obrigar os países fabricantes à respeitarem as suas obrigações<sup>40</sup>.

Todos os dias milhares de pessoas no mundo tomam uma decisão difícil, partir para longe, na esperança de encontrar algo melhor e perder tudo, ou ficar e enfrentar a morte. A questão dos refugiados é um dos maiores desafios do século XXI, se não o maior. A resolução deste problema diz respeito a todos. Milhões pelo mundo são forçados a fugir das suas terras, abandonar as suas casas, do lugar onde nasceram e onde conhecem para procurar uma vida nova, numa terra desconhecida. Cada refugiado tem uma história particular, mas todos partilham o sentimento medo, de desespero e vontade de ter um recomeço.

*Segundo a ONU, 244 milhões de pessoas vivem atualmente fora dos seus países, ou seja, 41% a mais do que em 2000.*<sup>41</sup>

Os imigrantes da América Central ou do Sul arriscam a vida para fugir da expansão da violência. Inocentes são alvos e vítimas que uma guerra sem fim. O diretor geral dos Médicos Sem Fronteiras (MSF) fala de uma guerra silenciosa que opõe O Governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC); gangues rivais ou entre estado e frações criminais. Estima-se que o conflito já provocou 3 milhões de deslocados. As ameaças, sequestros, abusos e violações de mulheres ou raptos de crianças para servir na guerrilha e a extrema pobreza atingem milhares de pessoas ainda presos em zonas de conflitos.<sup>42</sup>

Podemos ainda falar do conflito do Myanmar que opõe os budistas e os rohingyas muçulmanos. Para os budistas, a minoria rohingya que representa apenas 4% da população representa uma ameaça para a sua cultura e religião. Há relatos de massacres de famílias inteiras, de casas queimadas, de milhares de assassinatos. Desde o início do conflito, mais 600 000 buscam um refúgio. As perseguições da minoria não é algo recente, vivem isolados das cidades, em campos de concentração, não têm acesso aos serviços básicos, devem pedir autorização para andarem de uma

---

<sup>40</sup> Amnesty International. *Contrôle des armes*. Disponível em <https://www.amnesty.org/fr/what-we-do/arms-control/>. consultado a 30 de dezembro de 2018.

<sup>41</sup> Centro Regional das Informações da Nações Unidas. *Migrantes internacionais aumenta 41% em 15 anos, atingindo os 244 milhões*. Disponível em <https://www.unric.org/pt/actualidade/32134-migrantes-internacionais-aumentaram-41-em-15-anos-atingindo-os-244-milhoes>. Consultado a 30 de dezembro de 2018.

<sup>42</sup> Medico Sem Fronteiras. *A silenciosa crise humanitária na Colômbia*. Disponível em <https://www.msf.org.br/noticias/silenciosa-crise-humanitaria-na-colombia>. consultado a 31 de dezembro de 2018.

cidade para outra, não têm direito à nacionalidade e não podem ter mais de dois filhos. A comunidade internacional fala de um genocídio.

*“...mais de 123 mil rohingyas fugiram do país rumo ao Bangladesh para escapar à violência. Em março, a ONU já falava numa limpeza étnica. Organizações como a Amnistia Internacional também já se manifestaram para que seja feita uma investigação.”*<sup>43</sup>

O Sudão do Sul, o país mais novo do continente Africano, criando em 2011, enfrenta uma guerra civil desde 2013. A guerra opõe dois homens, o presidente do país e o seu antigo vice-presidente. O presidente acusou o seu amigo de longa data de tentativa de assassinato, o que ditou o início de uma longa guerra entre a etnia do presidente Salva Kiir (Dinkas) e a etnia de Riek Machar (Nuers). A violência é sem limite, os rebeldes consideram inimigos as populações que pertencem a etnia do presidente e vice-versa. Até agora, o conflito já custou mais de 400 000 mortos, 7 milhões vivem em condições extremamente difíceis e 2 milhões de deslocados<sup>44</sup>.

Em 2018, o conflito entre governo sírio e os rebeldes fez 7 anos. Estima-se que cerca de 4 milhões de sírios tenham abandonado o país durante este conflito, seja por terra, seja através das perigosas travessias marítimas. Todos os refugiados procuram um lugar onde pudessem viver e onde pudessem ver as suas crianças crescer sem medos ou intimidações. Segundo os dados do Alto Comissariado da ONU, entraram na Europa, por via marítima e terrestre 216 000 pessoas em 2014, mais 1.230 000 em 2015, 364 048 em 2016, 171 190 em 2017, 43 694 em 2018. A maioria dos refugiados é da Síria que representam 49%, 4% Eritreia, 8% Iraque, 2% Afeganistão. 58% são homens, 17% são mulheres e 25% crianças<sup>45</sup>.

Só nos meses de junho e de julho morreram 791 pessoas no mar. Em 2018 foram contabilizadas mais de 10.000 perdas de vidas.

O direito internacional reconhece que o direito de asilo é um direito fundamental que não deve ser negado às pessoas que vivem em zonas de instabilidade. O artigo 33 da convenção internacional de 1951, proíbe o reenvio de refugiados para os seus países de origem, se correm o risco de serem maltratados. A expulsão só se justifica se o refugiado representar um perigo para a sociedade acolhedora.

---

<sup>43</sup> Observador. *Quem são os rohingyas e por que fogem de Myanna*. Disponível em <https://observador.pt/2017/09/13/quem-sao-os-rohingya-e-por-que-fogem-de-myanmar/>. consultado a 31 de dezembro de 2018.

<sup>44</sup> Tv5 Monde. *Sudan du Sul. Les sudanais ne croient à la paix*. Disponível em <https://information.tv5monde.com/afrique/soudan-du-sud-les-soudanais-ne-croient-plus-la-paix-240886>. Consultado a 2 de janeiro de 2019.

<sup>45</sup> Le Figaro. *Un million de réfugiés ont traversé la Méditerranée en 2015*. Disponível em <http://www.lefigaro.fr/international/2015/12/30/01003-20151230ARTFIG00161-un-million-de-refugies-ont-traverse-la-mediterranee-en-2015.php>. Consultado a 2 de janeiro de 2019.

*“Nenhum país dos estados contratantes expulsará ou repelirá, seja de que maneira for, para as fronteiras dos territórios onde a sua vida ou a sua liberdade sejam ameaçadas em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em grupo social ou opiniões”<sup>46</sup>.*

Por isso é da obrigação de todos, principalmente dos Estados desenvolvidos de garantir aos refúgios, meios para voltarem a ter uma vida digna, terem uma casa, alimentação, educação e um trabalho, até que se encontre uma solução nos seus países de origem. ‘

Poucos países obedecem às leis universais de proteção aos refugiados. A Amnistia apela os países, sobretudo as grandes potências a assumirem as suas responsabilidades, a retirarem as barreiras nas fronteiras, a melhorar as condições de acolhimento. A Amnistia Internacional considera as condições lamentáveis que se encontram os refugiados, na Turquia, na Grécia, ou em outros Estados, à espera de uma decisão, é simplesmente um atentado a dignidade humana. É necessário ajudá-los a sair das zonas de conflito de forma legal e segura, uma vez em territórios seguros, devem ser recebidos da melhor maneira possível, sem resistência e sem rejeição para que se sintam em casa. Mais do que um dever moral, é também um dever jurídico.

### **3.1. Principais funções exercidas no Estágio.**

A Amnistia Internacional na Tunísia foi fundada por antigos presos políticos do regime Bourguiba. Durante os longos anos de isolamento a Amnistia internacional acompanhou a situação crítica destes defensores de direitos humanos e os casos de violações de direitos na Tunísia. A Amnistia e os seus membros recorreram às cartas que eram enviadas aos presos e ao governo da Tunísia. O envio das cartas é de extrema importância, além de ser um sinal de protesto, é uma forma pressionar as autoridades, alertar que o mundo tem conhecimento e que os presos beneficiavam de apoios estrangeiros e exigir um tratamento digno para os prisioneiros. Para os presos é importante, na medida em que mo

stra que o mundo tem consciência do sacrifício que eles fizeram pelo respeito dos direitos humanos. Em 1980 homens e mulheres decidiram criar a Amnistia da Tunísia. Nos primeiros 8 anos, trabalharam na clandestinidade, só conseguiram a licença para abrir a secção no primeiro ano de mandado do Ben Ali.

Localiza-se no centro de Túnis, a um minuto da grande e histórica estação de comboio de Barcelona. O reconhecimento da instituição no país, deve-se à qualidade do seu capital humano. Independentemente do dia do ano, os colaboradores e voluntários da Amnistia não abdicam da sua missão, um pilar em todas as ações realizadas. Agrupa pessoas de origens diferentes, de religiões e de etnias diferentes, mas a vontade de tornar o nosso mundo melhor é o que estimula todos os

---

<sup>46</sup> Convenção Internacional de 1951. Disponível em [http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao\\_relativa\\_estatut\\_o\\_refugiados.pdf](http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_relativa_estatut_o_refugiados.pdf). Consultado a 2 de janeiro de 2019.

integrantes. Mensalmente, vários eventos são organizados e eu tive a oportunidade e o privilégio de fazer parte de alguns.

### **17 de maio de 2018**

Manifestação em frente da embaixada do Sudão. A presidente, acompanhada por dois membros da direção e eu protestámos contra a condenação à pena de morte da adolescente Noura Hussein. Noura é uma adolescente de 16 anos que foi forçada a casar-se com um homem três vezes mais velho que ela. Durante as violações que ela subia, a menor defendeu-se com uma faca e acabou por atingir o marido, que faleceu horas depois. Em 2016 As autoridades sudanesas acusaram-na de homicídio voluntario e condenaram-na à pena capital. Após longas horas a frente da embaixada num sol escaldante, fomos convidados a entrar e a conversar com os representantes do Sudão. Fomos recebidos pelo segundo homem mais importante da embaixada. A conversa durou uns 40 minutos. A discussão era liderada pela presidente, que sem rodeios condenou a violação dos direitos da Noura e pediu a libertação da adolescente, explicando que a morte do marido resulta de um ato de legítima defesa que não pode, de maneira alguma, ser considerado crime. O representante do embaixador fez-nos perceber que, o Sudão é um país islâmico, regido unicamente por leis da Sharia. E segundo as leis, quem mata tem que ser morto. Ele defendeu que Noura sabia das consequências quando decidiu matar o seu marido. No fim aconselhou-se em entrar em contacto com a família do falecido marido. Noura seria salva se conseguirmos convencer a família da vítima a perdoar. É a única maneira possível de evitar a execução. A conversa terminou num tom amigável, tirámos algumas fotos e despedimo-nos. Saímos da embaixada, sem a confirmação de que a Noura seria liberta, mas com esperança renovada. Graças à pressão da Amnistia e de outras organizações a execução da Noura foi anulada. Noura Hussein vai agora cumprir uma pena de cinco anos de prisão e indemnizar a família do marido.

### **28 de maio de 2018**

Na manhã de 28 de maio de 2018, todos os colaboradores e voluntários, responderam à chamada da direção para prepararmos a manifestação, «*light the darkness*» que se realizaria pelas 20 horas, na principal avenida da capital, Avenida Bourguiba. O encontro intitulado «*light the darkness*» a luz na escuridão, tinha como objetivo conscientizar os passantes e os turistas sobre as injustiças, relembrar a importância de mantermos a luta pela defesa dos direitos e convidá-los a ascender uma vela em homenagem às vítimas. Tudo acontecia ao ritmo do músico e ativista, Yasser Jeredi, que participava em todos os eventos. A sua popularidade e o som da sua guitarra eram atos indispensáveis que cativavam e chamavam os passantes a juntarem-se e a participarem no evento.

### **1 de junho**

Alguns dias antes do fim do Ramadão, organizamos um jantar “*o jantar da união*”, na sede da Amnistia em que estavam presentes cerca de vinte membros. Durante o jantar não se falou de injustiças nem de torturas, a única preocupação que tínhamos era deliciar os pratos tipicamente

tunisinos. O jantar acabou com um brinde a um mundo melhor, «à um monde meilleur». Saímos mais unidos e com as forças renovadas para continuar a luta.

## **2 de junho**

A Amnistia organizou um evento denominado, “*a leitura é a janela da justice*”, com a participação de 4 ex-prisioneiros do regime de Bourguiba. Azzedine Hazgin, Sadok Mheni, Mourad Ouni e Oud Khamaies, todos partilham uma história de militância, de encarceração, de torturas e de humilhação. Para prevenir a presente e futuras gerações sobre o significado da ditadura e a importância da liberdade, os três primeiros decidiram escrever livros onde contaram os seus pensamentos mais profundos, as suas experiências como militantes e como presos. As obras publicadas em 2018 foram escritas em 1977, nas cadeias, em condições difíceis. Afirmaram que usavam pedaços de papel ou papéis higiénicos para escrever e que os mesmos eram escondidos para não serem encontrados. O quarto convidado é um talentoso músico, que viaja pelo país com uma guitarra nas mãos. Ele interpreta um conjunto de músicas nos quais constam os nomes de todos os ativistas que morrem sob o regime da tortura. O testemunho foi um acréscimo enorme para todos os jovens que lá estiveram.

## **26 de junho de 2018**

Organizámos um evento a pensar nas crianças na praça de Bourguiba. Era fundamental encontrar uma maneira ideal de explicar às crianças, a questão dos refugiados e todas as realidades que o nosso mundo enfrenta, sem pôr em causa a sua inocência. Esta compreensão pode ajudar às crianças, a melhor lidar com as diferenças e divergências, com a notícias que vêm na televisão. Por outro lado, as crianças de hoje são os cidadãos de amanhã, então a educação cívica dos próximos líderes e futuros cidadãos, começa hoje e não amanhã. Em duas horas de eventos, conseguimos conversar com várias crianças e convidá-los a escrever uma carta ou fazer um desenho para os presos de opinião.

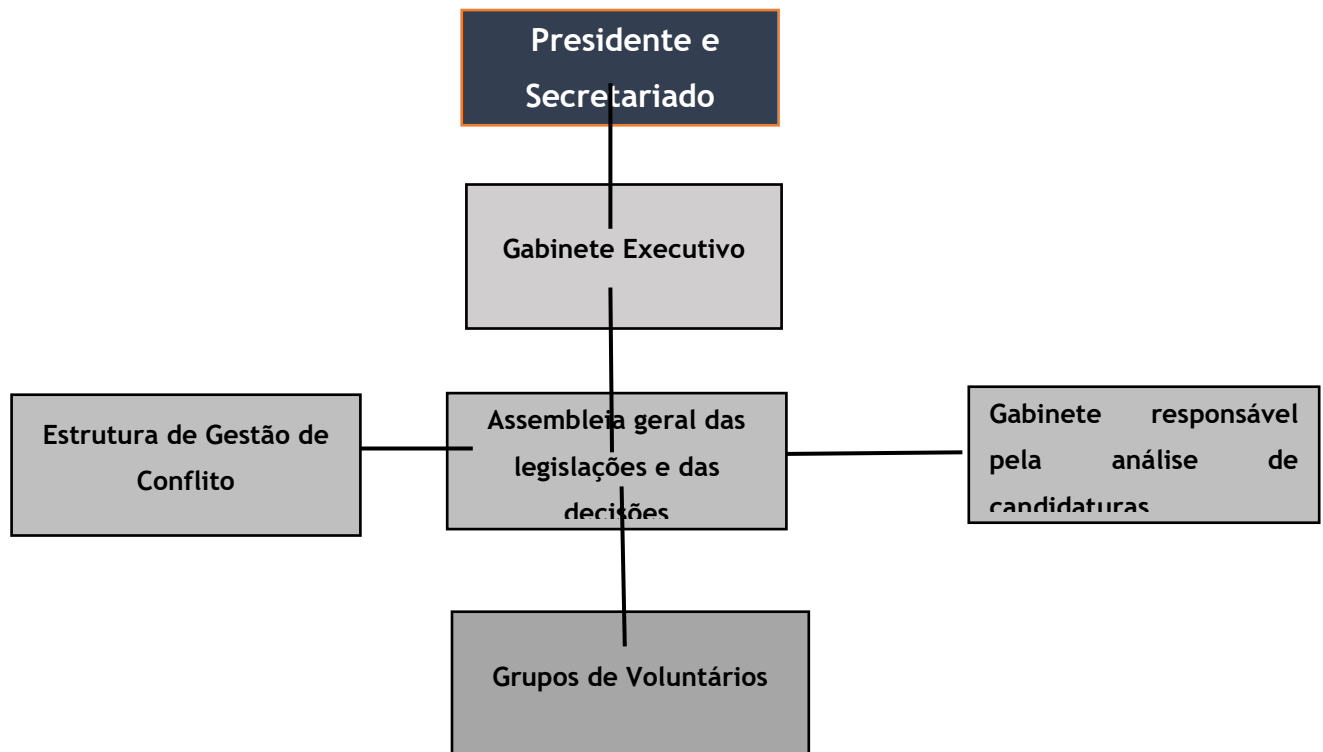
## **25 de maio de 2018**

Na sexta-feira do 25 de maio, às 21 horas, a Amnistia saiu à rua para manifestar solidariedade e apoio à IVD (Instância da verdade e da dignidade). A IVD é a comissão da reconciliação criada em 2014, cuja missão é revelar a verdade sobre todos os casos de arbitrariedade do antigo regime, investigar e conduzir os culpados diante de um tribunal competente, reparar os danos e compensar as vítimas. O período de atividades da comissão é de quatro anos, renovável por um ano. Todos os crimes do antigo regime foram estudados e entregue aos tribunais especialmente constituídos para julgar os casos apresentados pela IVD. Segundo a comissão, 63.000 artigos foram tratados desde o início das suas funções em 2014. Mas diante da resistência política nada garantia que a IVD continuaria a sua missão até ao fim. Em março de 2018, a Assembleia pronunciou-se contra a prolongação do mandato da instância. Para a maioria dos deputados e dos políticos, a IVD ameaça a estabilidade conseguida e semeia a discórdia. Por outro lado, agrava as divisões e prejudica a reconciliação que ela afirma defender. A população, as vítimas e os seus familiares exigiram à

continuação para que justiça seja feita. Diante do descontentamento e das manifestações em todo o país, nos quais a amnistia não deixou de se fazer ouvir, o governo autorizou, dia 30 de maio, a continuação das atividades por parte da IVD, até que sejam concluídos todos os processos abertos.<sup>47</sup>

*“A criação da Instância Verdade e Dignidade tem como função investigar, fornecer provas e ferramentas necessárias às instâncias de justiça tradicionais e procurar desvendar todas as alegações de violação de direitos humanos, com vista a assegurar justiça às vítimas, levando os responsáveis à responderem pelos seus atos, e fazer com quem os sobreviventes destas violações fossem justamente indenizados”<sup>48</sup>* declarou a presidente da Amnistia Túnis.

### 3.3. Organograma da Amnistia.



<sup>47</sup> HUFFPOST : *l'instance vérité et dignité(IVD) au cœur d'une nouvelle polémique*. Disponível em [https://www.huffpostmaghreb.com/entry/linstance-verite-et-dignite-ivd-au-coeur-dune-nouvelle-polemique\\_mg\\_5bd1c698e4b0d38b5880da0e](https://www.huffpostmaghreb.com/entry/linstance-verite-et-dignite-ivd-au-coeur-dune-nouvelle-polemique_mg_5bd1c698e4b0d38b5880da0e). Consultado a 2 de janeiro de 2019.

<sup>48</sup>Amnesty Internacional Tunisie : *laisse l'IVD travailler*. Disponível em [http://www.tunisie-news.com/politique/dossier\\_402\\_amnesty+international+tunisie+laisse+ivd+travailler.html?fbclid=IwAR32VqBUKug\\_zAbL-387Kghhkr9WWCMPP2BNnSmUdugleSkKDK2VfBSLJBA](http://www.tunisie-news.com/politique/dossier_402_amnesty+international+tunisie+laisse+ivd+travailler.html?fbclid=IwAR32VqBUKug_zAbL-387Kghhkr9WWCMPP2BNnSmUdugleSkKDK2VfBSLJBA). Consultado a 2 de janeiro de 2019.

## Considerações finais

A realização do estágio curricular no âmbito do Mestrado em Ciências Política contribuiu para aprofundar os conhecimentos relativos a diversas temáticas, especificamente sobre os direitos humanos. O foco do estágio recaiu sobre a evolução e o impacto das ações das organizações não governamentais no desenvolvimento económico e na promoção do bem-estar social das populações.

É da responsabilidade de todos os atores, sejam eles sociais, económicos ou ambientais fazer face aos inúmeros desafios que as sociedades enfrentam. Assim sendo, é da responsabilidade de todos intervir com o fim de atenuar e responder as necessidades que o poder político tem tido dificuldades em responder.

Uma das razões para a realização deste estágio foi para melhor entender os mecanismos que as organizações de defesa dos direitos humanos e paz, neste caso a amnistia internacional, utilizam para influenciar o processo de tomada de decisões públicas. Incansáveis e persistentes, a presidente da Amnistia Internacional da Tunísia e os colaboradores lutam diariamente para trazer esperança a todos que ainda são vítimas de regimes autoritários, a todos que vivem em zonas de conflitos e fazer respeitar os direitos humanos, na esperança de construir um futuro mais digno e próspero para as futuras gerações.

O estágio decorreu de forma benéfica em que foi necessário desempenhar várias funções como análise de dados e de casos de violações de direitos humanos, preparar os meetings e as manifestações. Com isso, pode-se pôr em prática os ensinamentos aprendidos durante os longos meses de Mestrado em Ciência Política.

Os conhecimentos práticos adquiridos ao longo do estágio vieram complementar os conhecimentos teóricos adquiridos nas aulas do Mestrado. O trabalho de equipa, a união entre colaboradores e voluntários, o compromisso com a luta pela defesa pelos direitos e outras causas humanitário foi bastante enriquecedor.

A Amnistia Internacional é composta por uma equipa de profissionais altamente qualificados, motivados e comprometidos com a sua missão. O ambiente familiar e de serenidade facilitaram a integração e todas as atividades realizadas. Fazer parte da Amnistia, conhecer o seu modo de funcionamento, e entrega e a rotina dos seus funcionários, ajudou a compreender as verdadeiras razões da sua luta. Foi também crucial para perceber a importância de existir uma organização ou um conjunto de indivíduos que falem, representem e lutem para os milhares de pessoas ainda oprimidas pelo mundo.

Tendo participado e testemunhado o excelente trabalho que se realiza nesta organização, pode-se olhar para o futuro com a esperança e a convicção de um mundo melhor. A instituição apela aos países ainda em desenvolvimento em incluir um conjunto de direitos fundamentais

nas suas constituições e incentivar os países que garantem estas premissas a aprofundar a defesa dos direitos humanos.

O site oficial da Amnistia Internacional é uma plataforma aberta a todos, onde cada um pode consultar as atividades sobre os direitos, consultar os relatórios. A amnistia incentiva as pessoas a juntar-se às campanhas através de donativos, ou o envio de cartas para as autoridades e os indivíduos cujos direitos estão ameaçados.

Para a realização deste relatório foi fundamental recorrer à pesquisa bibliográfica e web gráfico para sustentar os saberes adquiridos e construir de maneira clara os conhecimentos. O sucesso de um trabalho científico requer por parte do pesquisador o respeito pelos métodos de investigação ou de pesquisa. Uma informação fiável exige uma fonte de credibilidade.

Esta pesquisa não está concluída, muito ficou por pesquisar, analisar e escrever. Um trabalho científico nunca pode ser tomado como algo definitivamente acabado. O conhecimento nunca ocupa é demais. O trabalho de pesquisa irá continuar para acompanhar o tempo e a sociedade em que estamos inseridos. A necessidade de estar constantemente contextualizado, explica a constante formação.

## Bibliografia

Dahl, R (1989) *Democracy and its critics*. Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2012, SP, Brasil

Dahl, R (2012). *On Democracy*. Editora UnB. Brasília.

Sylvie, G e Mário, M (2013). *A Democracia na União Europeia*. Presença Editorial

Arend, L. (1989). *As Democracias contemporâneas*. Gradiva Editorial

## Artigos

Baker, V (2015). *The role of society in the Tunisian Democratic Transition*.

Brudzinka, Kinga (2014) *Support for NGOs in Tunisia after the Arab Spring*.

Deane, S (2013) *Transforming Tunisia the Role of Civil Society in Tunisia's Transition*.

Cabral, A. (2000). *A presença tunisiana em Portugal*. Acedido em

Villa, R. Duarte, A (1999). *Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea*.

Convard. H, Cissokho. M, Gallardo. R, Gonzales. A, Samama. L, Wakim. N e Mondrian. G (2004). *Les ONG, outils d'intelligence économique?* marta

## Webgrafia

“ONG e Outras organizações”. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Disponível em: Informação disponível em: <https://www.cig.gov.pt/ligacoes/ong-e-outras-associacoes/> Consultado a 12 de dezembro de 2018.

“Objetivos da ONGD”. ONGD plataforma Portuguesa. Disponível em: <http://www.plataformaongd.pt/plataforma/quemsomos/>. Consultado a 12 de dezembro de 2018.

“A lei possui 19 artigos que definem o estatuto e as atividades das ONGD em Portugal”. Diário da República, lei nº 66/98. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/234902/details/maximized>. Consultado a 13 de dezembro.

A Carta das Nações Unidas. Disponível em [https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer\\_file/document/14320/Carta\\_das\\_Na\\_es\\_Unidas.pdf](https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/14320/Carta_das_Na_es_Unidas.pdf). Consultado a 13 de dezembro.

“um retrato do parlamento europeu”. Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/11/14/infografia/retrato-parlamento-europeu-285>. Consultado a 20 de dezembro de 2018.

“relatório de sustentabilidade da organização da conferência das nações unidas sobre o desenvolvimento sustentável”. Relatório do Rio+20. Disponível

[http://www.rio20.gov.br/documentos/relatorio-rio-20/1.-relatorio-rio-20/at\\_download/relatorio\\_rio20.pdf](http://www.rio20.gov.br/documentos/relatorio-rio-20/1.-relatorio-rio-20/at_download/relatorio_rio20.pdf). Consultado a 20 de dezembro de 2018.

“As ONGs em Portugal “. Portal do Cidadão Ativo. Disponível em <https://gulbenkian.pt/cidadaos-ativos/ong-em-portugal/>. Consultado a 20 de novembro de 2018.

“Mecenato: quais são as vantagens fiscais para a sua empresa”? Caixa Geral de Depósito, Saldo Positivo. Disponível em <http://saldopositivo.cgd.pt/empresas/mecenato-quais-sao-as-vantagens-fiscais-empresa/> consultado a 20 de novembro de 2018

“Ajuda Humanitária e Proteção Civil “. União Europeia. Disponível em [https://europa.eu/european-union/topics/humanitarian-aid-civil-protection\\_pt](https://europa.eu/european-union/topics/humanitarian-aid-civil-protection_pt). Consultado a 20 de novembro de 2018. »

“Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea”. Villa, Rafael A. Duarte. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n12/n12a02.pdf> . a 20 de novembro de 2018.

“ la société civile dans les processus de démocratisation au moyen orient ” DUPART JEAN-ANTOINE. Disponível em <http://www.academiedegeopolitiquedeparis.com/la-societe-civile-dans-les-processus-de-democratisation-au-moyen-orient/>. Consultado a 22 de dezembro.

“La véritable Histoire de Carthage et Hannibal”. AFRICAPRESSE. Disponível em <https://www.africapresse.paris/La-veritable-Histoire-de-Carthage?lang=fr>. Consultado a 22 de dezembro.

“Emancipation des Femmes par Bourguiba 1958”. Entrevista de Bourguiba. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fVbuznFMchs>. Consultado a 23 de dezembro.

“Code du statut personnel”. Disponível em [http://www.e-justice.tn/fileadmin/fichiers\\_site\\_francais/codes\\_juridiques/Statut\\_personel\\_Fr.pdf](http://www.e-justice.tn/fileadmin/fichiers_site_francais/codes_juridiques/Statut_personel_Fr.pdf) Consultado a 23 de dezembro.

“Reportage sur la révolution en Tunisie 2013 ”. YouTube. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=-HBGq4qABp0>. Tempo : 1-3 minute. Consultado 24 de dezembro de 2018.

“Reportage sur la révolution en Tunisie 2013 ”. YouTube. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=-HBGq4qABp0>. Tempo : 10-15 minute. Consultado 24 de dezembro de 2018

“ Le processus transitionnel en Tunisie 2011-2014 : De la crise au dialogue nationa“ Huffpost. Mustapha Ben Jaafar.. Disponível em <https://www.huffpostmaghreb.com/search/?keywords=transition+tunisie+2011>. Consultado a Consultado 24 de dezembro de 2018 »

“Le tourisme en Tunisie ”. Geoturisme. Disponível em [http://geotourweb.com/nouvelle\\_page\\_90.htm](http://geotourweb.com/nouvelle_page_90.htm). Consultado a 25 de dezembro de 2018

"Le tourisme en Tunisie". Plataforma des Statistique Tunisie. Disponível <http://www.ins.nat.tn/fr/themes/tourisme>. Consultado a 26 de dezembro de 2018

"Population en Chômeage" République Tunisienne, Ministère de la formation professionnelle et de L´emploi. Disponível <http://www.emploi.gov.tn/fr/observatoire/statistiques/population-en-chomage/>. Consultado a 26 de dezembro de 2018.

"Niveau de la criminalité violente, Tunisie" Fórum Perseptive du Monde. Disponível <http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMTendanceStatPays?langue=fr&codePays=TUN&codeTheme=17&codeStat=SECU.GPI.CRIM>. Consultado a 26 de dezembro de 2018

"L´IACE lève le voile sur l´inégalité salariale homme/femme en Tunisie" WEBMANAGERCENTER. Disponível em <https://www.webmanagercenter.com/2016/12/22/400685/enquete-liace-leve-le-voile-sur-linegalite-salariale-homme-femme-en-tunisie/>. Consultado a 26 de dezembro de 2018.

"La Tunisie reçoit le prix du forum mondial des femmes parlementaires" Tuniswebdo. Disponível em <http://www.webdo.tn/2015/03/25/la-tunisie-detient-le-taux-le-plus-eleve-de-femmes-deputes-dans-le-monde-arabe/>. Consultado a 27 de dezembro de 2018.

"Membres du Gouvernement". Portail du Gouvernement Tunien. Disponível em [http://fr.tunisie.gov.tn/3-membres-de-gouvernement.htm?ip=1&op=DE\\_ANNUAIRE\\_MINISTERES.ANN\\_ORDRE+asc%2CDE\\_MEMBREGOV\\_MEG\\_ORDRE+asc&cp=c5c5133f5e75341a47a5&mp=16#p](http://fr.tunisie.gov.tn/3-membres-de-gouvernement.htm?ip=1&op=DE_ANNUAIRE_MINISTERES.ANN_ORDRE+asc%2CDE_MEMBREGOV_MEG_ORDRE+asc&cp=c5c5133f5e75341a47a5&mp=16#p) . consultado a 27 de dezembro de 2018.

"Emna Mansou Karoui, candidate à la présidentielle, 2015". Directinfo. Disponível em <https://directinfo.webmanagercenter.com/2014/03/03/tunisie-emna-mansour-karoui-pour-la-reforme-et-la-construction-candidate-a-la-presidentielle/> Consultado a 27 de dezembro de 2018

"le quartette tunisien reçoit son Nobel de la paix à Oslo. 2015". L´express. Disponível em [https://www.lexpress.fr/actualites/1/actualite/nobel-de-la-paix-le-quartette-tunisien-recoit-son-prix-a-oslo\\_1744344.html](https://www.lexpress.fr/actualites/1/actualite/nobel-de-la-paix-le-quartette-tunisien-recoit-son-prix-a-oslo_1744344.html) Consultado a 28 de dezembro de 2018

"Membres du Gouvernement" Portail do Governo. "Tunisia". Disponível em <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/tunisia>.

Consultado a 28 de dezembro de 2018.

"Portugal e Tunízia dão hoje salto significativo nas relações bilaterais". Publico. Disponível em <https://www.publico.pt/2003/06/17/politica/noticia/portugal-e-tunisia-dao-hoje-salto-significativo-nas-relacoes-bilaterais-1153076>. Consultado a 28 de dezembro de 2018.

"ABC Mercado/Tunízia. Portal do governo. Disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Acoes/abcMercado/Paginas/ABC-Mercado-Tunisia2016SaibaMais.aspx> . Consultado a 28 de dezembro de 2018.

"Tunisia-síntese País atualizado em 2018". Relatório da AICEP. Disponível em <file:///C:/Users/user/Downloads/TunisiaSP.pdf>. Consultado a 28 de dezembro de 2018.

"Costa faz acordos de cooperação no país onde Ronaldo é "deus"". Diário de notícias. Disponível em <https://www.dn.pt/portugal/interior/costa-faz-acordos-de-cooperacao-no-pais-onde-ronaldo-e-deus-8931592.html>. Consultado a 29 de dezembro de 2018.

"A pena de morte". Amnistia Internacional. Disponível em <https://www.amnistia.pt/tematica/pena-de-morte/>. Consultado a 30 de dezembro de 2018.

"I owe my life to Amnesty International". Amnesty International. Disponível em <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2010/04/i-owe-my-life-amnesty-international/>.

consultado a 30 de dezembro de 2018

"Mais de 4% dos condenados à morte nos EUA são inocentes, indica estudo". BBC. Disponível em [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140428\\_estudo\\_condenados\\_morte\\_pai\\_ac](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140428_estudo_condenados_morte_pai_ac). Consultado a 30 de dezembro de 2018.

"*Migrantes internacionais aumenta 41% em 15 anos, atingindo os 244 milhões*". Centro Regional das Informações da Nações Unidas. Disponível em <https://www.unric.org/pt/actualidade/32134-migrantes-internacionais-aumentaram-41-em-15-anos-atingindo-os-244-milhoes>. Consultado a 30 de dezembro de 2018.

"Retrait du Burundi de la Cour Pénal Internationale(CPI)" Amnesty International. Disponível em <https://www.amnesty.fr/justice-internationale-et-impunite/actualites/retrait-du-burundi-de-la-cpi-une-tentative-cynique>. Consultado a 30 de dezembro de 2018.

"Nelson Mandela: 1918-2013". Amnesty International. Disponível em <https://www.amnesty.org.uk/nelson-mandela-1918-2013>. Consultado a 30 de dezembro de 2018.

"Contrôle des armes" Amnesty International. Disponível em <https://www.amnesty.org/fr/what-we-do/arms-control/>. Consultado a 30 de dezembro de 2018.

"A silenciosa crise humanitária na Colômbia". Medico Sem Fronteiras. Disponível em <https://www.msf.org.br/noticias/silenciosa-crise-humanitaria-na-colombia>. Consultado a 31 de dezembro de 2018.

"Quem são os rohingyas e por que fogem de Myanna". Observador. Disponível em <https://observador.pt/2017/09/13/quem-sao-os-rohingya-e-por-que-fogem-de-myanmar/>.

Consultado a 31 de dezembro de 2018

"Sudan du Sud: les sudanais ne croient plus à la paix". Tv5 Monde. Disponível em <https://information.tv5monde.com/afrique/soudan-du-sud-les-soudanais-ne-croient-plus-la-paix-240886>. Consultado a 2 de janeiro de 2019

"Un million de réfugiés ont traversé la Méditerranée en 2015". Le Figaro. Disponível em <http://www.lefigaro.fr/international/2015/12/30/01003-20151230ARTFIG00161-un-million-de-refugies-ont-traverse-la-mediterranee-en-2015.php>. Consultado a 2 de janeiro de 2019.

Convenção Internacional de 1951. Disponível em [http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao\\_relativa\\_estatuto\\_refugiados.pdf](http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/convencao_relativa_estatuto_refugiados.pdf). Consultado a 2 de janeiro de 2019

"l'instance vérité et dignité (IVD) au cœur d'une nouvelle polémique". HUFFPOST. Disponível em [https://www.huffpostmaghreb.com/entry/linstance-verite-et-dignite-ivd-au-coeur-dune-nouvelle-polemique\\_mg\\_5bd1c698e4b0d38b5880da0e](https://www.huffpostmaghreb.com/entry/linstance-verite-et-dignite-ivd-au-coeur-dune-nouvelle-polemique_mg_5bd1c698e4b0d38b5880da0e). Consultado a 2 de janeiro de 2019

"laisse l'IVD travailler" Amnesty International Tunisie. Disponível em [http://www.tunisie-news.com/politique/dossier\\_402\\_amnesty+international+tunisie+laisse+ivd+travailler.html?fbclid=IwAR32VqBUKug\\_zAbL-387Kghhkr9WWCMPP2BNnSmUdugleSkKdk2VfBSLJBA](http://www.tunisie-news.com/politique/dossier_402_amnesty+international+tunisie+laisse+ivd+travailler.html?fbclid=IwAR32VqBUKug_zAbL-387Kghhkr9WWCMPP2BNnSmUdugleSkKdk2VfBSLJBA). Consultado a 2 de janeiro de 2019.

## Fotografias de alguns eventos



Figura i. Identificação da presidente da Amnesty International (AI), à direita, Nesrine Hassan. Com a colaboração de membros da direção à frente da embaixada do Sudão



Figura ii. Manifesto referente à libertação de Noura



*Figura iii Confraternização da manifestação entre a delegação da AI e o representante do Sudão*



*Figura iv. Manifesto na avenida principal da Tunísia, com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre as injustiças e violações dos direitos humanos no mundo*



*Figura v. Nesrine Hassan, acendendo uma vela em homenagem às vítimas da paz e da liberdade*



*Figura vi. Cantando pela liberdade*